

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

JOÃO PEDRO LATARO FESTUCCIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS ESCOLARES A PARTIR DE RELATOS DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Ribeirão Preto

2023

JOÃO PEDRO LATARO FESTUCCIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS ESCOLARES A PARTIR DE RELATOS DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção de licenciado.

Orientador: Prof. Me. José Faustino de Almeida
Santos

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

F458e

Festuccia, João Pedro Lataro

Educação inclusiva: práticas escolares a partir de relatos de pessoas com deficiência visual/ João Pedro Lataro Festuccia - Ribeirão Preto, 2023.

88p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. José Faustino de Almeida Santos

1. Educação 2. Educação inclusiva 3. Pessoa com deficiência I. Santos, José Faustino de Almeida II. Título

CDU 376-048.582

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

JOÃO PEDRO LATARO FESTUCCIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS ESCOLARES A PARTIR DE RELATOS DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção de licenciado.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Me. José Faustino de Almeida Santos
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Liliane Cury Sobreira
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Ana Cláudia Alves Legore
Associação Síndrome de Down (RibDown) – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2023

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Me. José Faustino de Almeida Santos, que com empenho e dedicação fez com que esse trabalho fosse possível; a Me. Ana Cláudia Alves Legore, que sempre se dispôs a ajudar e me auxiliou na construção desse trabalho e a Me. Liliane Cury Sobreira, uma professora muito querida com a qual tive a honra de conviver e que aceitou o convite para participar da banca com muito carinho. Além disso, gostaria de agradecer também a todos os demais professores que fizeram parte da minha trajetória na graduação e a todos os amigos com os quais tive o prazer de compartilhar esses quatro anos.

Agradeço também a minha namorada, Maria Clara, e a toda minha família que me apoiou e me deu forças em todo o percurso, em especial, o meu avô Valdemar, que embora não possa estar presente nesse momento de conclusão, pois chamado por Deus há quase dois anos, foi sempre um grande incentivador para minha decisão de encerrar essa caminhada e o qual carrego todos os dias em meu coração.

Não poderia me esquecer também, da Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região (Adevirp), local onde trabalho e exerço minha função de educador com muito amor, bem como a todos os amigos do trabalho, os educandos da instituição, a presidente Marlene Taveira Cintra e aos que se dispuseram a contribuir com esse trabalho com seus depoimentos. Muito obrigado a todos!

Por último, e não menos importante, agradeço a Deus que me deu a oportunidade de estar desfrutando de todos esses momentos maravilhosos e a todos os meus amigos do grupo de jovens JCMC, que sempre me colocaram em suas orações e me ajudaram em todo esse período da graduação e na vida.

“Me movo como educador, porque, primeiro,
me movo como gente”

(Paulo Freire)

RESUMO

A Educação Inclusiva é algo que está cada vez mais latente no âmbito do debate educacional. Visto isso, esse trabalho, fazendo sua contribuição para o tema, constrói no decorrer de suas páginas uma discussão sobre o significado desse conceito e o que o envolve, contrastando-o e relacionando-o com a Educação Especial e outras questões que nela estão embutidas. Apresentando a Educação Inclusiva em sua teoria e evidenciando as legislações e políticas públicas que são baseadas nessa proposta educacional, é tecida uma reflexão, fazendo uso de relatos e experiências de pessoas com deficiência visual, sobre a realidade educacional brasileira, buscando verificar se a inclusão com algumas de suas premissas mais caras, a completa participação dos indivíduos no meio educacional, a valorização das diferenças, da cooperação, da singularidade dos alunos e a construção de uma escola que seja voltada para todos, está, de fato, acontecendo de maneira plena na prática do dia a dia escolar ou, se o mesmo ainda tem resquícios de segregação, exclusão e marginalização daqueles que não se encaixam no padrão estipulado.

Palavras-chave: educação; educação inclusiva; escola; pessoa com deficiência.

ABSTRACT

Inclusive Education is something that is increasingly entering the scope of the educational debate. Given this, this work, making its contribution to the topic, builds throughout its pages a discussion about the meaning of this concept and what involves it, contrasting it and relating it with Special Education and other issues that are embedded in it. Presenting Inclusive Education in its theory and highlighting the legislation and public policies that are based on this educational proposal, a reflection is made, making use of reports and experiences of people with visual impairment, on the Brazilian educational reality, seeking to verify whether inclusion with some of its most cherished premises, the complete participation of individuals in the educational environment, the appreciation of differences, cooperation, the uniqueness of students and the construction of a school that is aimed at everyone, is, in fact, happening fully in the day-to-day school practice or, if it still has traces of segregation, exclusion and marginalization of those who do not fit into the stipulated standard.

Keywords: education; inclusive education; school; person with a disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OS CONCEITOS E A HISTÓRIA.....	12
2.1 Educação especial e inclusiva: do que estamos falando?	12
2.2 Educação especial e inclusiva: paradigmas através do tempo	15
3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
3.1 Panorama internacional.....	19
3.2 Panorama nacional (anos 1990).....	21
3.3 Panorama nacional (anos 2000).....	25
4 RELATOS E EDUCAÇÃO	30
4.1 A condição da escola	31
4.2 O professor e a avaliação	34
4.3 A Educação Inclusiva e a Escola para Todos.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A – Entrevista com a “Entrevistada 1”.	47
APÊNDICE B – Entrevista com o “Entrevistado 2”.....	62
APÊNDICE C – Entrevista com o “Entrevistado 3”.....	74
APÊNDICE D – Entrevista com o “Entrevistado 4”.....	80
APÊNDICE E – Entrevista com a “Entrevistada 5”.....	84

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como foco principal levantar uma discussão sobre Educação Especial e Inclusiva, partindo de casos abordados em entrevistas atuais de pessoas com deficiência visual¹ para tal, realçando, de modo geral, a proposta da construção de uma escola para todos e problematizando se a visão inclusiva de educação, que é teoricamente almejada dentro do âmbito educacional e que serve de base para a legislação e as políticas públicas em nosso país, acontece plenamente (ou não) na prática escolar atualmente.

Partindo disso, levantamos como hipótese que o ideal de uma Educação Inclusiva está muito mais na teoria do que na prática, é muito mais a construção de uma ideia do que realidade, fazendo com que a escola não cumpra uma de suas principais funções sociais, que é possibilitar a participação de todos plenamente no processo educacional, sendo assim ainda marcada por situações de segregação e exclusão de certas pessoas que não se encaixam no que é tido como “normal”, no padrão homogeneizante imposto pelo sistema educacional, como as pessoas com deficiência visual, por exemplo.

Embora esse tema seja algo que ultimamente tem sido bastante abordado no contexto de pesquisa educacional, viemos com essa monografia também deixar contribuições para esse campo tão rico. Além disso, pretendemos contribuir para a sensibilização em relação a pessoa com deficiência visual e demais deficiências, bem como em relação a todos os que são marginalizados no contexto escolar, evidenciando uma situação excludente que afeta tais personagens, que muitas vezes se encontram não representados e privados de diversas experiências e espaços sociais.

Tal trabalho ainda surge de uma motivação pessoal. Por trabalhar em uma instituição voltada à promoção da educação, bem-estar e autonomia à pessoa cega e com baixa visão, a Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região (Adevirp), percebi em minha atuação profissional significados e valores suficientes para me despertar o desejo de empreender uma investigação científica sobre Educação Especial e Inclusiva, fazendo uso de relatos de pessoas com deficiência visual para isso.

O principal conceito que será explorado nessa pesquisa é o de Educação Inclusiva e, para isso, usaremos como destaque em nossa base teórica as contribuições de Maria Teresa Égler Mantoan que coloca a Educação Inclusiva como uma proposta voltada para a educação de todos, que exige uma mudança no cenário educacional. Para a autora, o advento de uma

¹ O termo deficiência visual refere-se ao espaço compreendido entre a cegueira e a baixa-visão (NUNES, 2013, p. 116).

escola para todos passa pela quebra de um padrão homogeneizante e pela valorização das diferenças, onde a competição dá lugar a cooperação e a escola simplesmente exerce sua função, que é abarcar a todos plenamente sem distinção (MANTOAN, 2003).

Para complementar essa discussão, nos basearemos também no trabalho intitulado “Desenho Universal para a Aprendizagem e Ensino Inclusivo na Educação Infantil” onde a Educação Inclusiva é entendida como “uma nova cultura escolar, na qual as escolas precisam utilizar metodologias de ensino que atinjam todos os alunos” (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021, p. 9), bem como em alguns trabalhos organizados por Ivan Vale de Sousa, como o livro “Educação Inclusiva no Brasil: legislação e contextos” que conta com a participação de inúmeros autores. Dentre eles, Katia Regina Lopes Freire e Geraldo Freire de Lima, que entendem que incluir não é apenas garantir o acesso à educação por meio das legislações, mas é, acima de tudo, oferecer condições para um desenvolvimento pleno dos estudantes, respeitando suas singularidades (FREIRE; LIMA, 2021).

A título de metodologia vamos utilizar em nosso trabalho a Revisão Bibliográfica, enquanto procedimento relevante na pesquisa científica, pois é capaz de gerar a formação de hipóteses ou interpretações que poderão servir como base para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007); a História Oral, que pode ser entendida como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (THOMPSON, 2000, p. 9). E, além disso, pretendemos beber um pouco da fonte da História do Tempo Presente, que se mostra relevante, pois é no tempo presente onde acontecem eventos que levam o historiador a rever a visão que tem das questões que envolvem o passado, ou seja, olhar em função das condições de hoje, para um passado que sob essa luz ganha significação (HOBBSAWN 1993; 1998 *apud* DELGADO; FERREIRA, 2014).

A abordagem da pesquisa será qualitativa, analisando entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco pessoas com deficiência visual ligadas ao contexto educacional e/ou ao trabalho com educação em diferentes épocas e contextos, indo a campo para captar o fenômeno em estudo por meio das perspectivas daqueles que nele estão inseridos.

Nosso principal objetivo com a pesquisa, é compreender mais a fundo o contexto educacional de nossa realidade em relação a proposta inclusiva de educação e, para isso, no primeiro capítulo iremos trazer uma discussão conceitual sobre Educação Especial e Inclusiva trazendo suas diferenças e suas aproximações, evidenciando suas relações e tratando um pouco de suas características históricas.

No segundo capítulo apresentaremos alguns dispositivos legais e políticas públicas nacionais e internacionais que envolvem e embasam a Educação Inclusiva, para assim

evidenciar e mostrar para o leitor o caminho percorrido da proposta inclusiva no âmbito legal e onde tal proposta e suas premissas estão presentes na legislação.

Por fim, no terceiro e último capítulo faremos uso dos relatos trazidos nas entrevistas para levantar uma discussão da realidade atual das escolas em relação a proposta inclusiva de educação, procurando comparar aquilo que é previsto por tal proposta e pela legislação com aquilo que está presente no panorama de educação atualmente.

Dito isso, desejo uma boa leitura!

2 OS CONCEITOS E A HISTÓRIA

O cenário que se refere ao processo educacional das pessoas com deficiência é repleto de meandros e de um dinamismo intenso, pretendemos então, trazer uma contribuição para inicialmente começarmos a desvelar este horizonte, ou pelo menos um pouco dele, por meio de alguns conceitos e significados que a ele se relacionam e que muitas vezes se confundem ou se apresentam de maneira pouco nítida em nossas concepções e também, por meio de uma breve visão histórica ligada as pessoas com deficiência, visão essa que influencia o contexto educacional e que apresenta um caminho de diferentes características que nos ajuda a entender um pouco melhor o presente.

2.1 Educação especial e inclusiva: do que estamos falando?

Educação Especial e Educação Inclusiva, quando olhamos para esses dois termos podemos não perceber a profundidade que ambos apresentam. Muitas vezes, corremos o risco de confundir seus significados e não nos atentarmos às nuances e as características que os diferenciam, tendo-os assim, como semelhantes ou até mesmo iguais.

De fato, esses dois conceitos tem a mesma origem e por isso apresentam uma relação íntima, porém, para começar a desmembrá-los e evidenciar suas aproximações e distanciamentos é oportuno trazer brevemente uma possibilidade de definição em relação a Educação Inclusiva:

A educação inclusiva é um processo gradativo que permite aos sistemas de ensino se adequarem à nova realidade educacional, construindo práticas institucionais e pedagógicas que garantam qualidade de ensino a todos os alunos (OLIVEIRA, 2019, p. 102).

Educação inclusiva parte do pressuposto de incluir, que é muito mais do que colocar as pessoas com deficiência² dentro da escola e garantir o acesso à educação por meio da legislação, consiste na realidade, no desafio de proporcionar uma **educação de qualidade para todos** e assegurar que possa ocorrer um desenvolvimento pleno das capacidades e habilidades, respeitando as especificidades de cada um, sendo o meio educacional e as metodologias

² Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pode ser considerada uma pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimentos a longo prazo, de natureza sensorial, física ou mental e que, em convivência com diversos obstáculos, podem ter limitada sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008).

adequadas para as particularidades dos sujeitos e não ao contrário. Na proposta da educação inclusiva quem muda é a escola, para assim promover uma mudança na sociedade.

Dentro dessa discussão sobre educação na perspectiva da inclusão, é importante evidenciar o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEE), visto que uns dos pressupostos de tal proposta é justamente abarcar as necessidades especiais dos sujeitos, adaptando propostas e estratégias as mesmas. Com base nisso, podemos afirmar que o aluno com NEE é aquele que apresenta necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no processo de ensino-aprendizagem e por isso precisa de recursos educacionais e pedagógicos específicos. Portanto, esse conceito não está necessariamente ligado a deficiência, mas está associado a dificuldades de aprendizagem (BRASIL, 2008).

Esse termo começou a ser usado com o intuito de substituir e evitar outros termos imprecisos comumente usados no âmbito educacional, tais como deficientes, subnormais, incapacitados, portadores, entre outros. Segundo Mazzota (2011, p. 129),

Do ponto de vista do autor do presente trabalho [Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas], a expressão apropriada para o alunado de Educação Especial, numa abordagem “dinâmica”, seria “educandos com necessidades educacionais especiais”. Em primeiro lugar porque não se entende como uma pessoa possa *portar necessidades*, trazer consigo em si, mas entende-se que possa apresentar ou manifestar necessidades especiais em determinadas situações.

Frente a esse pressuposto, torna-se então essencial criar alternativas pedagógicas e metodologias que se adequem as diversas peculiaridades dos educandos, sempre levando em conta que o processo educacional deve abarcar as necessidades especiais dos alunos. É em meio a esse contexto, que podemos trazer o conceito de Educação Especial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1996, afirma que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2018, p. 39).

Portanto, a Educação Especial pode ser entendida como uma modalidade de ensino que visa **atender as especificidades das pessoas** que precisam de recursos, métodos e procedimentos específicos no decorrer de seus processos de ensino-aprendizagem e, por meio do atendimento educacional especializado (AEE), contemplar e suprir tais necessidades especiais.

O atendimento educacional especializado tem como função proporcionar a participação efetiva de todos os alunos no processo educacional, por meio da identificação,

elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que vão eliminar barreiras que dificultam a mesma. Tal atendimento é, preferencialmente, realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)³ da própria escola em que o aluno estuda, no contraturno de suas aulas e por profissionais especializados, dentre suas atividades estão a disponibilização de programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos para comunicação e sinalização e o uso de tecnologias assistivas. As atividades do atendimento educacional especializado não substituem o ensino regular, mas apresentam carácter supletivo com vistas a proporcionar autonomia, independência e uma formação mais completa para o aluno com necessidades educacionais especiais, dentro e fora do ambiente escolar (BRASIL, 2008).

Tradicionalmente a educação especial é ligada a classes, escolas e instituições especializadas: como escolas para cegos, surdos ou voltadas para deficiência intelectual, substituindo assim o ensino regular, porém na perspectiva inclusiva a educação especial assume um papel complementar, sendo essencial na construção e na consolidação da proposta da Educação Inclusiva.

Dentro da concepção de inclusão a Educação Especial assume o papel de modalidade educacional que perpassa todos os níveis e etapas do ensino e que trabalha na identificação e na oferta de recursos e serviços necessários para o pleno desenvolvimento do aluno, favorecendo o desenvolvimento de práticas colaborativas, a formação de redes de apoio com a família e a comunidade, a formação continuada dos professores e a preocupação com a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, fomentando e fortificando cada vez mais a Educação Inclusiva (BASTOS; RODRIGUES; BASTOS, 2018).

Em meio a esse debate, podemos evidenciar então que a educação inclusiva tem relação com o acesso e a participação de todas as pessoas nas classes convencionais da rede regular de ensino, tendo a escola que dispor das condições necessárias para atender de maneira satisfatória à diversidade dos alunos, utilizando-se assim da educação especial para tal tarefa, uma vez que a mesma é responsável por organizar os meios necessários para o desenvolvimento dos alunos com NEE, em escolas especializadas ou não.

A Educação Inclusiva pode ser vista então, como uma proposta de cultura escolar, cujo processo de ensino-aprendizagem deve englobar de maneira plena todos os alunos. É uma

³ Segundo Mantoan (2022, p. 69-70), a SRM é onde os professores do AEE podem atender um ou um grupo de estudantes que necessitam aprender o uso de alguns recursos específicos para seu acesso e participação na escolar. Além disso, é o local onde o professor de AEE recebe os familiares do estudante atendido, os profissionais clínicos e os professores das salas comuns. “É na SRM que são organizados os recursos e serviços a serem disponibilizados ao aluno no momento do AEE e, depois, nas demais atividades escolares”.

provocação para que as escolas aumentem sua qualidade de ensino e fortaleçam sua abrangência, atendendo as diversidades dos educandos no sistema regular de ensino ajustando-se a eles e não esperando que eles se ajustem as escolas (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021).

A proposta da inclusão pode ser vista como uma dança das cadeiras, onde o objetivo não é se sentar o mais rápido possível e deixar alguém de fora, mas sim, pensar em maneiras para que todos se sentem, mesmo com um número menor de cadeiras, o que pode, por exemplo, ser objeto de luta coletiva em favor do aumento do número de cadeiras. A inclusão se constitui em uma quebra de paradigma, onde todos devem interagir mutuamente, onde não basta que apenas um grupo cresça, mas é necessário e essencial que todos cresçam juntos (LOUREIRO *et al.*, 2021).

2.2 Educação especial e inclusiva: paradigmas através do tempo

São diferentes as condições que as pessoas com deficiência enfrentaram durante a história. Através do tempo, as maneiras como os olhares se voltaram para essas pessoas e a posição que elas ocuparam no âmbito social mudaram e, conseqüentemente, também no âmbito educacional, que é perpassado por diferentes paradigmas. Segundo o que é apresentado na obra “Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão”,

Ao se fazer uma retrospectiva sócio-histórica ao longo do tempo percebe-se que a pessoa com deficiência sofreu em sua própria existência o impacto de uma sociedade excludente que marginaliza, segrega e exclui, desde os primórdios das antigas civilizações, nas quais na maioria das vezes, estas pessoas não tinham sequer direito à vida e hoje, até nos dias atuais na contemporaneidade, muito embora sem deixar de registrar que houve uma evolução considerável na conquista de direitos em âmbito internacional e nacional (BASTOS; RODRIGUES; BASTOS, 2018, p. 38-39).

É trazendo essa condição de exclusão, que podemos introduzir a discussão sobre o **paradigma da segregação**, onde a pessoa com deficiência era vista como um empecilho para o progresso dos demais tanto na sociedade como na escola e, portanto, deveria ser separada e excluída em instituições especializadas, tanto no aspecto educacional como no aspecto medicinal. Inclusive na década de 1920, através do Serviço Médico-Escolar, os médicos inspecionavam as escolas para verificar se haviam alunos “anormais” que deveriam ser separados dos ditos “normais” (NUNES, 2013).

O final do século XVIII e início do XIX é marcado por um aumento expressivo do atendimento educacional às “pessoas especiais”, é então que no Brasil imperial são criados o Imperial Instituto para Meninos Cegos, atualmente nomeado de Instituto Benjamin Constant

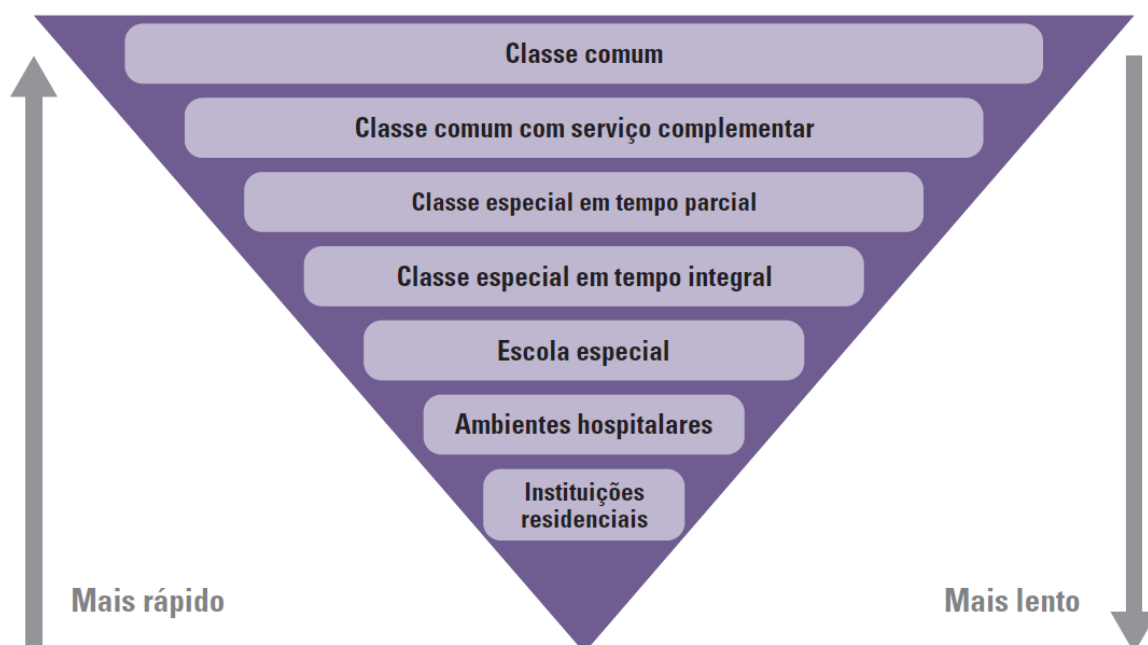
(IBC), fundado em 1854 no Rio de Janeiro e, três anos depois, na mesma cidade, é inaugurado o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje denominado como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (BRASIL, 2008).

Na segunda metade do século XX, com o final da Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir movimentos alinhados aos Direitos Humanos reivindicando melhores condições as minorias segregadas e alertando sobre os efeitos prejudiciais da marginalização. Dentre esses grupos minoritários estavam as pessoas com deficiência, que até então se encontravam segregadas em instituições especializadas, em condições precárias e recebendo uma educação de péssima qualidade. Foi a partir de muitas situações, que no início da década de 1960 começou surgir um novo paradigma relacionado a educação especial, o **paradigma da integração** (NUNES, 2013).

É na perspectiva da integração que as pessoas com deficiência ganham a pequena possibilidade de frequentar a escola regular e isso, para essas pessoas, era colocado como forma de conquista, ou seja, os considerados “anormais” deveriam se “normalizar” o máximo possível, se adequando as condições sociais e educacionais existentes para que assim pudessem ser integrados e conviver com os demais.

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes (MANTOAN, 2003, p. 15).

Figura 1 – Pirâmide da integração



Fonte: NUNES, 2013, p. 54.

Na figura 1, os retângulos maiores, localizados na parte superior da pirâmide, representam os locais menos segregados e, em contrapartida, os retângulos menores representam os mais segregados. A pessoa considerada “especial” então, teria que sair dos espaços mais restritos e ir subindo rápido a pirâmide, de modo a conquistar novos patamares de integração, algo que deveria ser a meta de todos os profissionais para com os educandos. Já as setas presentes na figura, à esquerda e à direita, respectivamente, indicam que os alunos deveriam progredir para os espaços mais integrados o mais rápido possível e “descer” a pirâmide para espaços mais segregados de forma lenta, algo que os sistemas de ensino deveriam assegurar, criando mecanismos para que isso ocorresse (NUNES, 2013).

Em última instância, era o educando com necessidades especiais que deveria se adaptar a escola e não ao contrário. Não havia nenhum tipo de adequação do meio educacional e das metodologias para abarcar as especificidades dos alunos, eles que deveriam se “esforçar” e serem englobados em iniciativas do sistema para se adaptar ao que já estava imposto e tradicionalmente consolidado, o que, na prática acabou mantendo a posição segregada dessas pessoas, uma vez que elas ficavam separadas, muitas vezes, em classes especiais dentro da escola regular. Na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há um processo de seletiva prévio que determina aqueles que estão aptos à inserção (MANTOAN, 2003).

De certa forma, as pessoas com deficiência passaram a estar na sociedade, porém presas em suas bolhas de segregação, uma vez que não havia esforços que promovessem a acessibilidade atitudinal, estrutural e metodológica, situação essa que foi predominante até o final do século XX, época em que começa a surgir uma nova perspectiva em relação a pessoa com deficiência, **o paradigma da inclusão** (FREIRE; LIMA, 2021).

Esse paradigma abriu novos horizontes para as pessoas com deficiência e, como já vimos anteriormente, essa nova concepção de inclusão dentro do contexto educacional faria com que ele direcionasse seu foco em realizar transformações na escola, em detrimento de modificações e adaptações dos educandos, que passaram a ser vistos como pessoas com necessidades educacionais especiais. Estava criado então os fundamentos da concepção de inclusão, que trabalha para a efetivação de um ambiente que abarque as demandas específicas de uma população heterogênea (NUNES, 2013). De acordo com Freire e Lima (2021, p. 34),

Dessa forma, a deficiência deixa de ser uma barreira biológica intrínseca ao sujeito e passa a ser uma barreira social. A sociedade que é excludente em todos os aspectos, sejam sociais, econômicos e educacionais é a maior barreira que a pessoa com deficiência possui. Esta sociedade é que é deficiente, uma vez que não é para todos.

Em relação a inclusão, esta problematiza não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. A perspectiva da inclusão é incompatível com a integração, pois ela prevê a participação escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os indivíduos, sem exceção devem frequentar o ensino regular (MANTOAN, 2003).

Mesmo apresentando falhas em sua prática cotidiana, atualmente é o paradigma da Educação Inclusiva que fornece base para a elaboração de políticas e práticas educacionais, sendo refletido com a tentativa de se desenvolver estratégias a fim de equalizar as oportunidades, uma conquista extremamente importante, uma vez que “[...] inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos” (BRASIL, 1994, p. 5).

No Brasil, ao analisarmos o contexto histórico, podemos concluir que é na década de 1990 que se tem uma transição de mentalidade para o caminho da inclusão, que irá ganhar mais força posteriormente. É nesta década que o MEC começa a fortalecer as políticas de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino e, com o passar do percurso histórico, o contexto educacional foi ganhando mais características inclusivas (MAZZOTA, 2011; SOUSA, 2019).

A trajetória educacional das pessoas com deficiência no Brasil é marcada por iniciativas e embates políticos inseridos dentro do contexto social das mesmas. Atualmente, vemos grandes conquistas em relação a socialização e inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, contudo, ainda há um vasto horizonte a ser explorado e muito a ser trabalhado.

Com base nisso, agora que já sabemos um pouco mais sobre os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, o que os envolve e, também, sobre o panorama histórico relacionado a posição da pessoa com deficiência na sociedade e na educação, vamos apresentar onde essas características, que foram evidenciadas, estão presentes nos dispositivos legais e nas políticas públicas, onde estão presentes a Educação Especial e Inclusiva na esfera legal.

3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem no Brasil e no mundo ações políticas e legislativas relacionadas as pessoas com deficiência e que englobam seu contexto social e educacional. Procuramos então, seguindo um caminho temporal de avanços e transformações, abrir um leque contextual, apresentando alguns exemplos internacionais, que exerceram e até hoje exercem influência no panorama brasileiro, para depois direcionarmos nossa atenção ao Brasil e ao seu contexto legal e político relacionado as pessoas com deficiência, expondo alguns traços importantes de tal contexto e abrindo um caminho para discussão.

3.1 Panorama internacional

A legislação sozinha não é o bastante, ela não faz por si a inclusão acontecer, não contempla a mudança necessária e nem supri todas as necessidades que as pessoas com deficiência possuem em meio as diferentes demandas sociais que estão presentes em nosso mundo, porém ela carrega em si uma importância muito grande para que aconteça a materialização de um cenário social mais inclusivo, principalmente no âmbito educacional.

O ideal de uma educação acessível a todos e o direito dos alunos de estarem juntos, participando, aprendendo e interagindo, sem discriminação, são propulsores de um movimento mundial em prol da educação inclusiva, uma ação política, cultural, social e pedagógica. A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado nos direitos humanos, uma vez que olha para a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, e que apresenta progresso em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as condições históricas da construção da exclusão dentro e fora do ambiente escolar (BRASIL, 2008).

Em meio a essa discussão, podemos começar destacando a importância da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, datada de 1948, um marco fundamental para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto social e, consequentemente, educacional. Ao contemplar que toda a pessoa tem direito a educação e de que a mesma deve ter como um de seus objetivos a expansão plena da personalidade humana, ela abre margem para que se desenvolva na prática um ambiente escolar mais abrangente. Conforme o que diz Oliveira (2019, p. 103),

[...] os direitos de todas as pessoas, e inclusive o direito de todas as crianças à educação, foram reconhecidos pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, em que se proclama que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza.

Um outro documento importante para o caminho de um contexto mais inclusivo, foi a resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975, conhecida como **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, essa resolução afirma que a pessoa com deficiência, enquanto cidadã, detém dos mesmos direitos que as demais e que sua vida deve ser plena e decente o quanto possível, inclusive no contexto educacional, não importando a natureza, a origem ou a gravidade da deficiência (OLIVEIRA, 2019).

Dando agora um salto temporal para os anos 90, podemos ressaltar dois documentos internacionais de destaque, um deles é a **Declaração Jomtien** fruto da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990 na Tailândia, declaração esta, que traz consigo a colocação de que as necessidades das pessoas “portadoras de deficiência” devem ser tratadas com atenção especial e que medidas precisam ser tomadas para que ocorra igualdade de acesso à educação em relação a essas pessoas, como integrantes do sistema educacional. Outro documento de muita relevância é a **Declaração de Salamanca**, produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, realizada em 1994 na Espanha.

Da elaboração desta Declaração participaram 92 representantes governamentais e 25 organizações internacionais. É nela que pela primeira vez aparece o termo “educação inclusiva” e que também surgem princípios de uma educação universal (LOUREIRO *et al.*, 2021). Desta forma, há uma necessidade de se caminhar rumo a uma escola para todos, onde a escola regular seja um lugar acolhedor, inclusive para as pessoas com deficiência, capaz de combater a discriminação e abarcar as necessidades individuais de cada aluno. A Declaração traz que: “As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (UNESCO, 1994, p. 1). E ainda completa:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, p. 1).

Essa Declaração tem uma importância muito grande para o mundo todo, ela apresentou regras padrões de equalização de oportunidades para as pessoas com deficiência e, além de expressar ideais de inclusão, também expressou a relevância de se ocorrerem ações políticas, incitando os governos a tomarem atitudes em favor da construção de uma educação

para todos. Ela sugestiona que os governos elaborem leis e políticas que abarquem a ideia de uma educação inclusiva, fortaleçam seus sistemas de ensino a fim de que possam incluir a todos, garantam e incentivem a formação dos professores para que possam lidar de forma satisfatória com as necessidades educacionais especiais dos alunos, entre outras iniciativas cruciais para a construção do modelo educacional almejado (UNESCO, 1994).

Depois da Declaração de Salamanca, vieram também outros marcos regulatórios relevantes para a questão da inclusão, um deles é a **Convenção da Guatemala**, que é um documento precursor na ampliação do conceito de deficiência, indicando que além dos aspectos que envolvem a própria pessoa, também há o ambiente e as condições socioeconômicas, que causam influência na condição de vida do indivíduo com deficiência. Além disso, ela reafirma que os princípios de igualdade e dignidade são inerentes à condição humana e que a educação deve ser uma área tratada com prioridade (BASTOS; RODRIGUES; BASTOS, 2018).

Outro acontecimento de destaque foi a **Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** realizada em 2006. Essa convenção traz um olhar mais ampliado para o conceito de pessoa com deficiência, afirmando que existem barreiras sociais que dificultam a participação plena dessas pessoas em igualdade de condições na sociedade, evidenciando assim que a mesma pode ser favorecedora ou restritora do desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo. Este documento sistematizou os estudos e discussões mundiais que percorreram o século XX e os primeiros anos do século XXI, desenvolvendo assim um arcabouço favorável à definição de políticas públicas pautadas no paradigma da inclusão social (BRASIL, 2016a).

Esses documentos internacionais são exemplos de traços normativos e políticos que envolvem o âmbito da inclusão e que vão servir de base para a elaboração e formação do sistema legislativo brasileiro voltado a realidade social e ao contexto educacional das pessoas com deficiência.

3.2 Panorama nacional (anos 1990)

Como já foi evidenciado antes, é no final do século XX que começam a acontecer mudanças de paradigma educacional em relação as pessoas com deficiência. É por volta de 1990 que a educação especial ganha mais espaço e que o acesso a uma educação básica de qualidade passa a ser direito de todos no Brasil, apresentando-se assim uma concepção de ensino-aprendizagem baseada na inclusão.

Contudo, para falarmos dessa década política e legal brasileira em relação a realidade social e, sobretudo, educacional das pessoas com deficiência, é oportuno darmos alguns passos para trás no tempo para tratarmos da **Constituição Federal de 1988**, que traz contribuições importantes em relação a essas questões, sendo um marco de propulsão e início de uma consolidação da educação inclusiva no Brasil.

A Constituição Cidadã, vigente em nosso país, estabelece que todos são iguais perante a lei e traz como um de seus principais objetivos a promoção do bem comum, sem discriminação de qualquer espécie. Ela afirmou que todos têm direito a uma educação de qualidade, que deve ser ministrada em igualdade de condições de acesso e permanência na escola, para que haja o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do exercício da cidadania, assim como podemos ver no próprio documento:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016b, p. 123).

Quando a Constituição traz que a educação é para todos, significa que é para todos mesmo, ela não usa adjetivos e, sendo assim, toda e qualquer escola deve atender os princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa, independente do que for. Isso, já nos faz refletir que, apenas esse dispositivo já bastaria para que não fosse negado a qualquer pessoa, com ou sem deficiência, o acesso ao ensino regular (MANTOAN, 2003).

Além disso, a Constituição também contempla as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, assegurando a elas o direito de receberem atendimento educacional especializado, o que não as exclui dos demais princípios e garantias referentes à educação, e com isso, consolida nacionalmente o direito das pessoas com deficiência à educação (CAMPOS; SOUZA, 2019). No art. 208, está exposto no inciso III que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2016b, p. 124), é uma das garantias educacionais que o Estado deve prover.

O “*preferencialmente*” refere-se a “*atendimento educacional especializado*”, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares. (MANTOAN, 2003, p. 23).

A Constituição consagrou a educação especial, porém podemos destacar o termo “preferencialmente” empregado pelo documento e que, evidentemente, não significa exclusivamente ou obrigatoriamente. Outro ponto que podemos notar é que ela se utiliza do termo “portadores de deficiência”, termo este que já vimos ser incorreto e já estar superado para os dias de hoje, sendo ele mais usual na época em que a Constituição foi elaborada.

Outro dispositivo legal que apresenta relevância no cenário nacional é o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** de 13 de julho de 1990, que reafirma aquilo que foi previsto pela Constituição ao estabelecer que deve ser assegurado para todos a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e o atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, aos “portadores de deficiência”. O Estatuto, além disso, também define como obrigação dos pais ou responsáveis, matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, reforçando que a educação também é responsabilidade familiar, algo que é exposto pela Constituição (BRASIL, 2021).

É importante ressaltar, para além dos benefícios proporcionados pela educação inclusiva para os alunos e para a sociedade como um todo, o caráter universal que apresenta a Constituição e o ECA ao definir o acesso à educação básica de qualidade como direito de todos, ou seja, impedir o acesso de determinadas pessoas a certas oportunidades educacionais por conta de sua forma peculiar de aprendizagem é o equivalente a privar essas pessoas do direito de participar da sociedade e de ter acesso aos bens e serviços da mesma (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021).

Em meio a essa exposição de marcos legislativos que apresentam questões sobre a educação de pessoas com deficiência, não poderíamos deixar de citar um dos mais importantes, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** de 1996, que ao estabelecer parâmetros e normas para a educação de modo geral, também deu contribuições significativas no que tange ao cenário que envolve os indivíduos com necessidades educacionais especiais.

A LDB, em seu artigo 4, ao tratar sobre as garantias que o Estado deve prover na esfera educacional, reitera aquilo que foi colocado pela Constituição e pelo ECA, que deve ser assegurado o atendimento educacional especializado a pessoa com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, porém ela traz algumas características diferentes que dão a ela um caráter mais abrangente. Outros educandos que se enquadram dentro do AEE também são contemplados, como podemos ver no próprio documento:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2018, p. 9).

Essa lei também, em seu artigo 58, além de trazer uma definição do que seria educação especial, como já vimos no capítulo anterior, apresenta alguns parâmetros relacionados a sua oferta e aplicação enquanto modalidade de educação oferecida na rede regular de ensino, assim como podemos observar nos parágrafos que se seguem a esse mesmo artigo:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...] (BRASIL, 2018, p. 39).

Tal lei ainda, preconiza em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos currículo, recursos, métodos e organização específicos para abarcar às suas necessidades; estipula uma terminalidade específica para aqueles que não conseguiram atingir os parâmetros estipulados para a conclusão do ensino fundamental, por causa de suas deficiências; e estabelece a aceleração dos estudos aos superdotados para a finalização da etapa de escolarização (BRASIL, 2008).

Por ser uma lei voltada especialmente para a educação e por estar situada em uma época onde a discussão sobre educação especial estava mais acalorada, ela apresenta mais detalhes que os dispositivos legais anteriores. Então, além dos pontos já ressaltados aqui, podemos destacar também que em seu artigo 24 está estabelecida a possibilidade de avanço de etapas na escolarização por meio de verificação do aprendizado e, no artigo 37, podemos encontrar a garantia de haver oportunidades apropriadas para cada aluno, levando em conta suas características, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, mediante exames e cursos (OLIVEIRA, 2019).

Continuando a descrever a década de 1990, trouxemos aqui o Decreto de número 3.298 de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853 de 1989⁴. Esse decreto, estabeleceu a educação especial como uma modalidade educacional transversal a todos os níveis e modelos de ensino, destacando sua atuação complementar ao ensino regular (BRASIL, 2008).

⁴ “[...] dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, [...] na área da educação tornou obrigatório o oferecimento da educação especial como modalidade da educação básica com currículos, etapas e exigências de diplomação própria” (OLIVEIRA, 2019, p. 104).

Esses traços da legislação brasileira são alguns exemplos que marcam essa década onde o debate sobre a educação inclusiva começa a ganhar mais fôlego no cenário nacional e, por conseguinte, a ser mais refletido na esfera legal. Como podemos ver, ocorreram nesses anos diversas contribuições importantes, algo que no decorrer do tempo continuou acontecendo, gerando diferentes acontecimentos que podemos trazer à tona para explicitá-los e discuti-los.

3.3 Panorama nacional (anos 2000)

Dando continuidade a descrição das legislações e as políticas públicas do panorama nacional, vamos tratar agora sobre os anos 2000, que também apresenta vários marcos relevantes para a realidade social e educacional da pessoa com deficiência e com necessidades educacionais especiais em geral. No ano de 2001, por exemplo, já temos as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº 2, que determina em seu 2º artigo que os sistemas de ensino devem oferecer matrículas a todos e que cabe as escolas se organizarem para atenderem os alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo as condições necessárias para que haja uma educação de qualidade (BRASIL, 2001).

No próprio ano de 2001 e nos demais que se seguiram, continuaram havendo outras produções legais merecedoras de menção. No mesmo ano, o **Plano Nacional de Educação** destaca que o grande avanço que deveria ocorrer seria a formação de uma escola inclusiva que contemplasse a diversidade humana, ele apontou também uma defasagem na oferta de matrículas na rede regular para alunos com deficiência, de formação mais adequada de professores, de acessibilidade física e de atendimento especializado. Já no ano 2003, o Ministério da Educação cria o **Programa Educação Inclusiva: Direito e Diversidade**, com objetivo de deixar os sistemas de ensino inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de educadores e gestores (BRASIL, 2008).

No ano seguinte, 2004, o Ministério Público Federal promove o documento **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**, com o intuito de reafirmar o direito e os ganhos vindos da escolarização de qualidade para alunos com e sem deficiência, disseminando conceitos e parâmetros mundiais em relação à inclusão. Passados mais dois anos, em 2006, o Ministério da Educação em conjunto com a Secretária Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e a UNESCO, lançam o **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**, que tem como objetivo, incentivar na educação básica a contribuição das 11 temáticas referentes às pessoas com deficiência contempladas no

documento e promover ações concretas para a inclusão, o acesso e a permanência no ensino superior (OLIVEIRA, 2019).

Em 2007, temos o Decreto nº 6.094, que determina as diretrizes do **Compromisso Todos Pela Educação**, nele é reafirmada a necessidade de se garantir o atendimento educacional especializado aos educandos com NEE, fortalecendo assim a inclusão na esfera pública de ensino. Ainda em 2007 é elaborado o **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**, que destaca novamente elementos importantes no caminho de uma educação inclusiva, como a formação de professores para a educação especial, a acessibilidade arquitetônica e a implementação de salas de recursos multifuncionais, esse documento ainda ressalta uma realidade educacional que deve seguir para a superação da oposição entre educação especial e educação regular. Apresenta o documento:

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 9).

Outro documento importante que podemos destacar está situado no ano de 2008, a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** contempla que os sistemas de ensino devem se articular para terem condições de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. Esse atendimento pode ser oferecido na escola em que o educando está inserido ou em locais especializados, podendo ser no mesmo turno ou em turno contrário ao do aluno na escola. Esse mesmo documento, também define a atuação do AEE como complementar e/ou suplementar a formação do indivíduo (SANTOS; GALVÃO; ARAÚJO, 2009).

Segundo esse documento, os sistemas de ensino fortaleceriam o acesso, a aprendizagem e a participação dos educandos com deficiência e outros com necessidades educacionais especiais, mediante a garantia de:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representou uma grande conquista para que a educação inclusiva ganhasse mais robustez, objetivando que todos possam estudar juntos, sem preconceito e discriminação (BASTOS; RODRIGUES; BASTOS, 2018). Desse modo, vale a pena refletirmos se não seria adequado repensar a articulação das escolas e de classes especiais ainda presentes no Brasil, uma vez que elas, de certo modo, representam uma forma de separação, pensando assim nos diferentes caminhos que podemos seguir para melhor contemplar as pessoas com NEE.

Agora, dando um salto temporal um pouco maior, vamos falar sobre o **Plano Nacional de Educação (PNE)** de 2014. É importante destacar que ele é decenal, estando vigente até 2024, e que foi instaurado por força constitucional, ultrapassando governos. O PNE cumpre a função de articular os esforços nacionais em regime de colaboração, tendo como objetivo universalizar a oferta de ensino na etapa obrigatória (04 a 17 anos), superar as desigualdades educacionais, elevar a taxa de escolarização e alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, democratizar a gestão e ampliar os investimentos (BRASIL, 2014). Ele dispõe de 20 metas para alcançar tais avanços, porém neste trabalho vamos nos atentar a meta 4, que preconiza:

universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 5).

Dentro dessa discussão, podemos ressaltar alguns dados relevantes em relação ao tema da presente monografia. No ano de 2020 o percentual de professores com formação continuada em AEE no Brasil estava em média de 43%. Em 2021, a porcentagem de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais estava em torno de 24% e o percentual de escolas com banheiros acessíveis, no mesmo ano, estava em média 46% (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022).

Outros indicadores importantes também podem ser apontados, em 2021 a porcentagem de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação era de 93,5%, porém o percentual de matrículas que recebiam atendimento educacional especializado nesse mesmo ano era de 46,2%, representando o número de 503.342 matrículas (INEP, 2022), indicadores estes que ficam bastante aquém do planejado.

Como evidenciam os dados, a meta 4 relacionada a educação inclusiva não está sendo efetivamente contemplada na prática, além do mais, existem algumas questões que dificultam sua aplicação, a incompleta formação de professores em relação às necessidades especiais desses educandos, o fechamento de salas e a superlotação, que atravancam o trabalho do professor e o baixo investimento em educação, constituem alguns fatores que podem ser citados como entraves. Desde a implementação do teto de gastos pelo Estado, por exemplo, o investimento na educação pública vem diminuindo ano a ano, chegando em 2021 no número de R\$90,29 bilhões investidos, o que equivale a 2,78% dos gastos públicos, a menor taxa desde a década passada (ASSUFRGS, 2022).

Um ano após o PNE foi sancionada a lei nº 13.146 de 13 de julho de 2015 – **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**, que garante um sistema educacional inclusivo, sendo um direito do indivíduo sua inclusão nas escolas. A lei ressalta que é dever das instituições de ensino assegurar e promover, em igualdade de condições, a prática dos direitos e necessidades essenciais da pessoa com deficiência, objetivando à sua inclusão e cidadania (RAMOS, 2019). Podemos observar na Lei:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania (BRASIL, 2015, p. 1).

Promulgada no governo da Presidente Dilma Roussef, a Lei Brasileira de Inclusão, depois de longos anos de espera, preconizou o atendimento aos anseios e necessidades das pessoas com deficiência. O conteúdo desta lei está sendo, aos poucos, incorporado ao cotidiano da sociedade brasileira, por meio de diferentes iniciativas, do Poder Público, de organizações sociais e, até mesmo, pela iniciativa privada. Essa lei consolidou direitos fundamentais, que já eram assegurados por meio de dispositivos anteriores, bem como garantiu novos direitos para a pessoa com deficiência. Dessa maneira, podemos considerar a Lei Brasileira de Inclusão um marco histórico, legal e jurídico muito importante, que apresentou uma relevância muito grande “[...] no reconhecimento da pessoa com deficiência, como uma “pessoa” constituída de direitos e deveres individuais, sociais, políticos e coletivos” (RODRIGUES NETO; LEAL, 2019, p. 139).

O Brasil é um país cuja a legislação traz pontos importantes para o atendimento das necessidades e dos direitos das pessoas com deficiência, porém ainda há uma distância entre o que está prescrito na lei e o que efetivamente acontece na prática do dia a dia. Podemos perceber, por exemplo, que diversos dispositivos legais reafirmam um ao outro em uma espécie

de tentativa de se estabelecer ou fortalecer, de uma vez por todas, aquilo que está sendo almejado e que, embora haja alguma legislação e/ou política pública que contemple, não está ocorrendo concretamente.

No Brasil tem acontecido grandes avanços e conquistas no que tange a educação inclusiva, contudo, ainda não é o bastante para que as necessidades das pessoas com deficiência sejam atendidas em nosso país. O caminho para a efetivação da inclusão deve sair do papel, dos documentos e relatórios, das falas dos políticos e da sociedade, para que assim possa se fazer realidade prática o que está pautado na legislação, o compromisso com a preparação dos profissionais e a participação efetiva das famílias, gerando resultados positivos (OLIVEIRA, 2019).

Convém refletirmos e ressaltarmos novamente que não basta o educando com deficiência estar inserido na escola, é preciso que ele receba uma educação da qualidade, que lhe ofereça os meios necessários para o acompanhamento pleno do processo de ensino-aprendizagem e para sua participação social, devemos nos perguntar então, se é isso que está acontecendo efetivamente dentro do cenário educacional brasileiro, uma vez que podemos ver marcas que nos mostram que os professores não são bem preparados para o atendimento à essas pessoas e que muitas delas ainda não recebem AEE. A legislação e as políticas preconizam a educação inclusiva, mas podemos ver que a educação brasileira está, na prática, ainda bastante tomada por uma visão integracionista.

Agora, depois de toda discussão conceitual, temporal e legal que traçamos, o leitor pode se perguntar onde está a pessoa com deficiência visual em meio a isso. Pois bem, neste último capítulo do trabalho, pretendemos dar espaço a elas, trazendo suas contribuições e levantando uma discussão sobre a posição da escola e do professor no contexto da Educação Inclusiva, bem como sobre a importância da mesma no universo educacional.

4 RELATOS E EDUCAÇÃO

Neste capítulo utilizaremos algumas entrevistas de pessoas com deficiência visual, relacionando trechos de seus relatos a pontos relevantes dentro do universo da Educação Inclusiva, a posição dela em relação ao contexto escolar, ao trabalho do professor e sua importância para o avanço da construção de uma educação para todos, as dificuldades e os distanciamentos existentes para o advento de tal cultura escolar. Dito isso, segue a descrição dos entrevistados:

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

Entrevistados	Descrição
Entrevistada 1	Mulher com baixa visão severa, descobriu a deficiência com sete anos de idade e hoje tem quarenta e cinco, é formada em serviço social e atua no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) a quinze anos, reside em Ribeirão Preto e frequenta a Adevirp.
Entrevistado 2	Homem com cegueira congênita de quarenta anos idade, formado em pedagogia e especialista em atendimento educacional especializado, atualmente trabalha como assessor pedagógico dentro da Divisão de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto e já está atuando na área educacional há treze anos.
Entrevistado 3	Jovem com baixa visão severa que já nasceu com a deficiência. Tem dezesseis anos de idade, estuda em uma escola estadual localizada em Ribeirão Preto e está no 2º Ano do E.M.
Entrevistado 4	Criança de onze anos com cegueira, já nasceu com a deficiência, estuda em uma escola municipal localizada em Ribeirão Preto e está no 6º Ano do Ensino Fundamental.
Entrevistada 5	Mulher de sessenta e quatro anos com cegueira, nasceu com a deficiência, é fundadora e presidente da Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto (Adevirp), formada em psicologia, pedagogia e atua na área da educação especializada há trinta e oito anos.

Fonte: produção própria

4.1 A condição da escola

Antes de tudo, vamos começar essa discussão situando brevemente a pessoa com deficiência visual dentro do ambiente escolar evidenciado pelos entrevistados. Para isso, podemos recorrer a uma fala do “Entrevistado 2”, que quando perguntado sobre quais dificuldades ele tinha na época de aluno (décadas de 1980 e 1990) e que percebe ainda nos dias de hoje no contexto escolar, respondeu:

[...] a matemática, por exemplo, era uma grande dificuldade, e ainda é, porque a matemática você tem as incógnitas, tem os gráficos, têm as tabelas, se não adaptar isso, como é que o cego aprendi? Não tem jeito né? tem o conjunto né? teoria de... dos conjuntos, tem a teoria da... da... das fórmulas né? que é Báskara e os outros teoremas, tem as incógnitas, tem a trigonometria né? Seno, cosseno e tangente, então tem equações, sistemas é... não é simples, tem MMC, MDC, então são coisas é... em que você faz inversões de números, em que você faz... lança mão de gráficos, tabelas, para você entender, pro cego se torna muito abstrato, agora se o professor se preparasse para isso, e se preparar João é pegar uma folha e fazer um gráfico com cola quente, não precisa ser um *expert*, ter uma máquina super potente [...] (ENTREVISTADO 2).

A fala do entrevistado nos faz lembrar que o aluno com deficiência visual não necessita de grandes adaptações no currículo, mas precisa de recursos específicos, como aumento no tempo, forma de avaliação, metodologia e didática condizentes com suas necessidades educacionais. Contudo, para isso o professor deve conhecer seu aluno e trabalhar em conjunto com a equipe especializada e com a escola na perspectiva da inclusão. O mais importante é que o aluno consiga participar de forma ativa das aulas, de todas as atividades desenvolvidas pelos demais e de todo ambiente escolar como um todo (SANTOS; GALVÃO; ARAÚJO, 2009), algo que ainda apresenta entraves, segundo a observação do trabalhador da educação que foi entrevistado.

Outra fala importante do entrevistado que nos remete a outro ponto de relevância nesta discussão, ocorre quando o mesmo estava fazendo comentários sobre a panorama educacional em geral e de Ribeirão. Ele comenta:

[...] o aluno com deficiência faz parte do todos, e não é vinte e cinco alunos mais o cego, vinte e cinco alunos mais os surdos, são vinte e seis, não é vinte e cinco alunos mais o autista, “ah, eu tenho vinte e dois alunos mais três autistas” não! isso é um discurso preconceituoso, discriminatório, eu não tenho vinte e dois alunos mais três autistas, eu tenho vinte e cinco ou ele é... ele não é aluno, ele é alienígena, então a educação precisa ser para todos [...] (ENTREVISTADO 2).

Com base nesta fala é relevante pensar que o educando com deficiência visual e com qualquer outro tipo de deficiência, não deve ser visto de forma “anormal”, ele deve ser visto, como todos os alunos, conforme suas particularidades. Cada indivíduo tem um ritmo, um

tempo, uma forma de ser e agir no mundo, cada ser humano é singular e único, algo que deve ser respeitado e valorizado dentro do contexto escolar.

E, por falar em singularidade, aqui temos uma oportunidade para tratarmos de um aspecto muito importante dentro da discussão sobre Educação Inclusiva e a escola. Vejamos a fala da “Entrevistada 5”, em meio a uma conversa sobre o que falta nas escolas para deixá-las mais inclusivas:

[...] o preconceito que muitas vezes os educadores é... todo esse o pessoal que trabalha né? Na... na escola é... tem em relação à pessoa com deficiência que isso vai é... também afetando os alunos pra que eles tenham mais dificuldade em aceitar o diferente e isso se torna um grande impedimento para a inclusão, então numa palavra: precisa melhorar as... barreiras atitudinais, nossa atitude diante do deficiente, nossa visão tem que mudar, ninguém é um braço, ninguém é uma perna, ninguém é um olho, o ser humano é um ser holístico que tem que ser visto como um todo, como um ser humano (ENTREVISTADA 5).

Levando em conta a fala da mulher, é oportuno trazermos uma reflexão: será que nossas escolas aceitam e valorizam as diferenças? Quando olhamos para o nosso sistema educacional vemos um padrão, ou seja, um modelo ideal que se almeja que todos se enquadrem. E aqueles que fogem do modelo, que são “diferentes”, como ficam? Esses são deixados à margem; se não estudam conforme o padrão, se não agem como o padrão, se não aprendem como o padrão, são taxados de “anormais”. Temos um modelo educacional pautado na igualdade e homogeneização, assim como diz Mantoan (2003, p. 20),

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos como PNEE, como deficientes. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a “normalização”.

A montagem dos sistemas escolares aconteceu a partir de uma visão que recorta a realidade, que permite separar os alunos em “normais” e “anormais”, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta ou naquela apresentação das diferenças. A construção dessa organização é pautada em um pensamento determinista, reducionista, formalista e mecânico, que exclui a subjetividade, a afetividade, a criatividade, “sem as quais não conseguimos romper com velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe” (MANTOAN, 2003, p. 13-14).

Se nossa pretensão é de que a escola seja inclusiva, é primordial que nosso modelo educacional se redefina para uma educação voltada à cidadania plena, global, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças. Para que aconteça uma Escola para Todos, a competição deve dar lugar a cooperação, pois o almejado é que as diferenças se articulem e que os talentos individuais de cada um se sobressaiam (MANTOAN, 2003), onde cada

indivíduo, cada ator do espaço escolar contribua com suas diferenças para um todo que é plural e rico em diversidade.

O ambiente escolar é um espaço onde se relacionam vários atores, que se situam em ambientes diversos que extrapolam a escola, que envolvem a comunidade escolar, a família e outros grupos sociais. Convivendo, os alunos, os funcionários da escola, os professores, os familiares, construirão conjuntamente o dia a dia escolar, cada um e todos concomitantemente deixando sua marca individual no coletivo e vice-versa. É na convivência com a comunidade que o aluno se constrói, na troca de experiências e conhecimentos, na alteridade e, é na promoção desse encontro, que a escola também se modifica e tem sua função renovada (SANTOS; GALVÃO; ARAÚJO, 2009).

Para continuar nossa discussão, traremos aqui mais uma fala de um dos entrevistados, o “Entrevistado 3”, que respondendo se ele se sentia incluído na escola, disse o seguinte:

Sim, talvez eu acho que não... não logo de cara, eu acho que a escola em si, o modelo que ela é feita não é pra incluir deficientes visuais, porque eu acho que tem muita coisa que poderia melhorar, principalmente essa questão da... das escolas talvez também fornecer alguma coisa que... que ajude os professores a ter mais uma acessibilidade, que incentive eles a ter essa acessibilidade para as pessoas... com as pessoas com qualquer tipo de deficiência ahh... mas o que eu... o que deixa ela inclusiva são as pessoas que fazem ela, ou seja, os alunos e eu como uma pessoa com deficiência deixo ela inclusiva também é... compartilhando as minhas experiências com meus colegas, com os professores, entendeu? É... eu acho que aí sim isso faz ela virar inclusiva mas, de cara logo, ela não é (ENTREVISTADO 3).

Podemos perceber em sua fala, que o entrevistado ressalta que a escola não é feita para incluir “deficientes visuais”, ou seja, ele sente que a escola, de certo modo, não é dele, não é para ele. Aí nos fica os questionamentos: a escola não deveria ser de todos? Não é isso que preconiza a legislação: uma escola para todos? O fato, é que a escola não é plenamente para todos.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos (MANTOAN, 2003, p. 13).

A figura do aluno abstrato serve de justificativa para as escolas excluírem as diferenças. É assim que são estabelecidas a categorização dos alunos: deficientes, hiperativos, comportados, agressivos, entre outras e, é por essa classificação, que as injustiças são mantidas e a escola pode se esconder da singularidade do aluno. Contudo, o direito e a valorização das

diferenças nas escolas desmontaria o sistema, esse sistema excludente, elitista e normativo (MANTOAN, 2003).

É evidente, pela discussão traçada e pelos relatos, que nosso sistema educacional apresenta problemas que fazem a escola abarcar apenas alguns de maneira plena. Nesse panorama não podemos esquecer de citar alguns outros fatores que o envolvem e que também são influenciados por essa cultura escolar, os contrastando com o modelo da inclusão. Mesmo sendo vários os fatores que permeiam a escola, vamos continuar nossa conversa destacando dois deles: o papel do professor e o processo avaliativo.

4.2 O professor e a avaliação

Dois fatores importantes dentro do ambiente escolar são o processo avaliativo e a figura do professor, ambos podem ser entendidos como cruciais no processo de ensino-aprendizagem, por isso vale a pena trazê-los para a discussão, questioná-los e relacioná-los com a Educação Inclusiva. Para começar, vejamos o que diz o “Entrevistado 4” quando questionado sobre a maneira que fazia suas atividades e provas escolares: “Ela (Professora do AEE) usa o braile, quando tem prova ela faz, ela costuma fazer oralmente” (ENTREVISTADO 4). E, também, a fala do “Entrevistado 3” quando perguntado sobre o mesmo tema:

[...] as provas que eu faço com algum colega me ditando as provas, aí acontece lá na sala, ou o professor mesmo, ele chega perto de mim aí ele vai... vai me falando e tudo mais, mas geralmente são colegas (ENTREVISTADO 3).

O primeiro fator a ser colocado em foco de análise será a avaliação, que é direcionada aos alunos para verificar sua aprendizagem, porém nosso intuito aqui não é direcionar nossa atenção a maneira que eles realizam as provas e atividades, embora, como dá para verificar nas falas dos entrevistados, seja marcada pela falta de possibilidade para autonomia e pela dependência de iniciativas individuais para serem realizadas. Contudo, o nosso foco principal será o sistema de avaliação em si, que se apresenta muitas vezes de forma excludente e homogeneizante, algo que nada tem a haver com a proposta da escola inclusiva. Como diz Mantoan e Lanuti (2022, p. 56),

Nada mais indicado, na linha de mudanças propostas pela inclusão escolar do que livrar os alunos da condenação de serem avaliados como usualmente acontece. O processo de avaliação comumente desenvolvido nas escolas é injusto e inapropriado em relação ao que significa ensinar e aprender, na ótica que aqui defendemos. Nossa crítica à avaliação não postula uma escola sem essa prática, contudo requer que novos sentidos sejam atribuídos a ela.

Em nosso sistema educacional, influenciado pela perspectiva excludente, a avaliação assume um caráter coercitivo, silenciando os indivíduos e, além disso, contribui para que diversos conhecimentos, que não são acolhidos nas escolas, sejam desconsiderados e que os conhecimentos dos alunos sejam desvalorizados ou até mesmo ignorados (MANTOAN; LANUTI, 2022).

Pelo contrário, no viés inclusivo, o processo avaliativo acompanha concomitantemente o desenvolvimento do ensinar e do aprender. Não se encontra no final do processo pedagógico, mas faz parte dele. Ela aponta aquilo que o estudante ainda não aprendeu, o que aprendeu e o que deseja aprender e, portanto, considera cada um na sua singularidade, nas suas necessidades. Ela ainda, rompe com os objetivos da aprendizagem homogênea e exige transformações nos modos de ensinar, ressignificando, inclusive, o modo de lidar com os erros dos alunos e do professor no processo pedagógico (MANTOAN; LANUTI, 2022).

É necessário também, mudar a concepção política da avaliação, direcionando-a à emancipação intelectual dos alunos, que acontece a partir do que cada um traz de bagagem para a escola e o que nela constroem. Contudo, pensando na inclusão escolar, não adianta transformar a prática avaliativa se a escola continuar moldada na lógica de sempre, voltada para a segregação, seleção, comparação, classificação e exclusão (MANTOAN; LANUTI, 2022).

Outro fator importante dentro do contexto escolar que podemos destacar é a figura do professor, pois ele apresenta uma função crucial dentro de todo esse processo, é o professor que é responsável por mediar a aprendizagem dos alunos, por acompanhar e ampliar os horizontes que os estudantes podem percorrer. Dentro desse espectro, vale destacar que todos os cinco entrevistados falaram que os professores não estão ou não estavam preparados para lidar com alunos com deficiência visual, porém, aqui vamos utilizar apenas algumas falas, começando com o que comentou o “Entrevistado 3” quando perguntado se seus professores adaptavam suas atividades: “Depende, depende de algumas... de algumas ocasiões sabe? porque infelizmente tem professores que às vezes não acabam se interessando por adaptar [...]” (ENTREVISTADO 3). E quando questionado sobre o preparo dos professores disse o seguinte: “[...] eles me perguntam, eles vão mais aprendendo comigo do que qualquer outra coisa em si, mas chegar preparado eles não chegam” (ENTREVISTADO 3).

Em meio a essa conversa, podemos levantar os questionamentos: será que os professores estão preparados para lidar com as diferenças, as singularidades? Ou estão sendo formados dentro da cultura escolar excludente, competitiva e homogeneizante, repetindo isso em sua prática sem refletir sobre?

Primeiramente, é oportuno lembrar que o atendimento de pessoas com deficiência precisa de práticas e intervenções pedagógicas adequadas as singularidades de cada educando, além de criar possibilidades para a promoção, a emancipação, a autonomia, a interação e a convivência entre os envolvidos, bem como desenvolver um trabalho da emoção e da afetividade (SANTOS; GALVÃO; ARAÚJO, 2009). Porém, nosso foco é ir além de uma educação específica para a pessoa com deficiência e abordar uma educação que seja para todos onde

Ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem um tecido colorido de conhecimento, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente, em uma sala de aula (MANTOAN, 2003, p. 41).

A pretensão é que os professores sejam capazes de refletir e explicar aquilo que só reproduzem a partir do que aprendem em suas formações (cursos, palestras, oficinas). A intenção da proposta inclusiva exige e incentiva os professores a interagirem frequentemente com seus colegas, a construírem juntos aprendizados e caminhos pedagógicos, bem como enxerga a sala de aula como um local em que o professor não minimiza sua função a um mero transmissor de conhecimentos que devem ser absorvidos pelos alunos, mas como um espaço onde ocorre o compartilhamento de ideias, a colaboração e a participação (MANTOAN, 2003; MANTOAN; LANUTI, 2022).

Nosso papel enquanto professores deve ser lançar a semente e acompanhar a brota. Embora sejam de uma mesma espécie, cada semente irá ter um desenvolvimento próprio, com características singulares. O ensino para todos encara o aluno como a semente, ou seja, o considera como ser único, reconhece suas capacidades, habilidades e interesses particulares. O professor nessa perspectiva, exalta as diferenças, as diferentes experiências, curiosidades, conhecimentos, questionamentos e respostas do indivíduo, não tendo mais por que os dividir em grupos por quaisquer critérios. Na visão inclusiva, rompe-se com um grande pilar que caracteriza a cultura excludente do processo de ensino-aprendizagem, que tanto queremos mudar (MANTOAN; LANUTI, 2022).

Para continuar essa discussão trazemos aqui mais contribuições de nossos entrevistados. O “Entrevistado 2”, discutindo se a formação de professores abarca ou não de maneira suficiente as questões da inclusão, respondeu que “Não abarca, [...] o cara já vem com uma deficiência da formação e as pós-graduações não se entendem [...]” (ENTREVISTADO 2). A “Entrevistada 5” também foi na mesma linha e disse que “eles (professores) não estão, a faculdade não os prepara né? A universidade não... não os prepara [...]” (ENTREVISTADA 5).

Essas falas nos abrem caminho para discutirmos a formação de professores, que para os entrevistados se encontra insuficiente quando assunto é inclusão. De fato, nossa formação de professores não é voltada para uma escola para todos, é evidente que “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças (MANTOAN, 2003, p. 25).

As formações iniciais e continuadas dos professores apresentam um caráter essencialmente racionalista e os direciona a ficarem presos ao que vem pronto nos livros didáticos e em outros instrumentos pedagógicos. Elas não consideram a singularidade humana, são contrárias a tudo o que foge do padrão estruturante de concepção de mundo, alunos e pessoas e não se dedicam a preparar os professores para realizarem seu papel com a responsabilidade que ele exige (MANTOAN; LANUTI, 2022).

No caso da inclusão escolar, a formação dos professores se enquadraria em uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, atualização ou extensão de conhecimentos pedagógicos. Ensinar na proposta inclusiva, requer uma transformação do ensino em todos os seus níveis, ressignificando a função do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são corriqueiras em nosso contexto excludente. A perspectiva inclusiva não é compatível ao modelo tradicional de educação, assim sendo, a formação do professor nesse sentido necessitaria de uma configuração diferente das propostas existentes, porque se as escolas aderirem a esse novo projeto educacional, elas não serão mais as mesmas (MANTOAN, 2003), o cenário mudará e, no caminho árduo dessa mudança

[...] o que se almeja, acima de tudo, é saber se os professores e demais integrantes das unidades escolares progredem pedagogicamente, atualizando a maneira de ensinar, a partir de novas concepções e práticas educacionais; se as escolas estão se transformando; se os alunos estão sendo respeitados nas suas possibilidades de avançar, autonomamente, ao construírem conhecimentos; se estes conhecimentos e outros são produzidos coletivamente, nas salas de aula, em clima solidário e com responsabilidade; se as relações entre crianças, pais, professores e toda a comunidade escolar se estreitaram, em laços de cooperação, de diálogo, que são frutos de um exercício diário de compartilhamento de seus deveres, problemas, sucessos (MANTOAN, 2003, p. 47).

O que fica para nós é que a escola, os métodos avaliativos, a formação e a prática dos professores, tudo o que envolve o âmbito educacional, deve assumir uma postura de valorização das diferenças, se abrir a singularidade humana e ao trabalho com as particularidades de cada um, para que assim a cultura inclusiva ganhe espaço e a construção de uma escola para todos seja mais plausível, escola essa que será nosso foco na parte final deste capítulo.

4.3 A Educação Inclusiva e a Escola para Todos

Para começar essa última parte do capítulo, trazemos aqui a fala da “Entrevistada 1” comentando sobre sua trajetória escolar:

[...] eu me lembro de um dia minha mãe chegar na sala, aí minha mãe já foi entrando na sala, minha mãe... eu entrei, minha mãe entrou comigo e a professora perguntou porque que minha mãe estava na sala, ela falou: “eu estou aqui porque eu vou ditar a lição pra ela, porque ela não tem ninguém para copiar... pra ditar a lição para ela, então eu estou aqui, vai se eu que vou fazer. Aí a professora sentiu envergonhada e... “não, pode ficar tranquila” aí minha mãe falou: “não, eu vou ficar!” Aí eu lembro da minha mãe juntando a carteira comigo assim, colocando a carteira do meu lado e sentando, “agora pode por o material, a mãe vai te ajudar!” (choro e respiro). Minha mãe só tinha a quarta série, ela não tinha orientação, mas ela brigou assim... pra que eu tivesse uma educação digna sabe? E aí é... eu me lembro que... aí acho que a escola ficou um pouco envergonhada e aí... e aí sempre tinha aí... eu fiz... eu vinculei a uma amiga [...] e ela me ditou o ano inteiro, ela me ditava, eu fiquei amiga dela, aí quando ela estava cansada, eu falava: “tudo bem, se me empresta o caderno?” Porque as outras crianças não queriam me ditar, aí eu ficava sem fazer nada. Aí eu me lembro que uma professora se queixou... porque... na reunião dos pais, porque eu ficava muito tempo sem fazer nada, e aí minha mãe falou: “porque a menina está cansada de ditar pra ela!” Então, “não tem outras crianças e você não dita para ela” e aí minha mãe fala: “por que que você não vai escrevendo e vai falando em voz alta?” E aí a professora disse não, que não dava certo, porque tumultua a sala e... eu sofria muito porque, de um ano pra o outro, porque eu sempre tinha medo que essa amiga não caísse na minha sala, e a gente não estivesse junto na mesma sala sabe? porque aí, é... aí ia ser uma discussão tudo de novo, minha mãe tendo que ir na escola, minha mãe sempre foi todas primeiras semana de aula, minha mãe falava com o professor de história, professor Geografia, professor de matemática, com todos individual e falava: “ela precisa de alguém que dita”. [...] (ENTREVISTADA 1).

O caso da entrevistada ilustra uma trajetória de luta para ser reconhecida, para ser inserida e para participar ativamente do ambiente educacional, porém essa luta não foi e não é apenas da pessoa com deficiência visual, como é o caso da entrevistada, ela pode ser estendida a todas as pessoas com deficiência, a todos os “diferentes” que não se enquadram no padrão hegemônico e por isso são classificados de “anormais”. Mas essa luta não é em vão, existem avanços, porém ainda falta muito para chegarmos aonde almejamos, uma escola para todos.

Como podemos ver anteriormente a legislação, embora possa ser questionada, traz marcas para uma Educação Inclusiva e para a participação de todos na educação, porém, mesmo com avanços nesse sentido, isso está mais no âmbito legal do que na realidade cotidiana, pois tais avanços não foram acompanhados por práticas fundamentais para o processo de inclusão e para sua eficácia. A inclusão no Brasil está muito mais no discurso que na prática e sua maneira de implementação precisa ser revista e aprimorada (FREIRE; LIMA, 2021). Como diz Ramos (2019, p. 38)

[...] torna-se necessário, sobretudo, acreditar, investir tempo e recursos para que a educação inclusiva deixe de ser apenas uma formalidade, um aspecto garantido na

legislação, para ser uma realidade nas escolas regulares e nas universidades brasileiras.

Contudo, como já levantado anteriormente, a legislação e as políticas educacionais também podem ser questionadas, pois muitas vezes o que é proposto por elas tem a intenção de “tapar buracos” e não de avançar acompanhando inovações, questionar o olhar das escolas sobre as diferenças e a criação da identidade, mantendo assim características que levam à exclusão escolar (MANTOAN, 2003). Isso, também podemos verificar na fala de um dos entrevistados:

[...] a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva precisa de uma reforma, porque o estatuto da pessoa com deficiência, que a lei 13146 de 2015 e a política nacional da educação especial de 2008, eles não... não são muito claros em relação a coisas sensíveis, por exemplo é... tipificar os apoios na escola, por isso que há tanta discordância “a não tem que ser professor, a não pode ser estagiário, a não...” entendeu? (ENTREVISTADO 2).

Existem ainda problemas conceituais, interpretações tendenciosas da legislação, desrespeitos a premissas constitucionais e preconceitos que distorcem o sentido da inclusão nas escolas, minimizando-a unicamente a inserção dos alunos com NEE no ensino regular. Essas questões representam grandes barreiras para a implementação da escola para todos, pois fazem retroceder as inovações que visam uma educação geral. Tivemos avanços, porém ainda temos impasses na legislação (MANTOAN, 2003).

Uma Educação Inclusiva é muito debatida e discutida, é o princípio que fundamenta as legislação e políticas educacionais, porém ela não acontece de modo efetivo nas escolas, pois ela ainda apresenta características que não condizem com a proposta inclusiva e continua não sendo para todos, uma vez que ainda exclui e apresenta condições desiguais aos envolvidos no processo educativo. Essa escola não é a que almejamos, pois entendemos que

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos (MANTOAN, 2003, p. 30).

O nosso modelo educacional está, de certa forma, condicionado a inserção do aluno por meio da matrícula, mas dessa forma não há inclusão. A escola deve agregar a todos e garantir o prosseguimento da escolaridade até onde cada aluno conseguir atingir. Na inclusão não existe separação entre ensino especial e ensino regular, uma vez que isso segrega e é pautado por uma imposição na qual delegamos uma capacidade de aprender e de uma identidade aos estudantes, ao contrário, o que há são escolas que atendem às diferenças sem discriminar,

sem segregar, sem definir regras específicas para planejar, aprender e avaliar (MANTOAN, 2003).

O caminho da inclusão abre a possibilidade de repensarmos o panorama de nosso sistema educacional, que muitas vezes atribuiu aos alunos as deficiências que são dele próprio. O pressuposto é de que a escola seja acessível a todos e que todos os indivíduos possam ter as condições de se desenvolver de forma equânime, por isso é essencial que a escola seja reinventada, propiciando a construção de fatores necessários à compreensão e apropriação de uma educação para todos, enquanto cultura e caminho a ser seguido (SILVA; TERRA; DUHART, 2019).

É válido sempre lembrar também que a Educação Inclusiva não traz apenas benefícios aos educandos com NEE, mas ao grupo inteiro de alunos e personagens que compõe a escola (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021). Podemos trazer isso à mente quando olhamos novamente a fala do “Entrevistado 3” respondendo se acha a escola inclusiva:

[...] o que deixa ela inclusiva são as pessoas que fazem ela, ou seja, os alunos e eu como uma pessoa com deficiência deixo ela inclusiva também é... compartilhando as minhas experiências com meus colegas, com os professores entendeu? É... eu acho que aí sim isso faz ela virar inclusiva mas, de cara logo, ela não é (ENTREVISTADO 3).

E com a colocação feita pela “Entrevistada 1”, falando da motivação que sua mãe lhe dava para ir para a escola: “[...] ela falava: “é preciso você fazer isso, é preciso você ensiná-los, é preciso...”. Então desde quando eu fui pra escola, minha mãe dizia: “é você que ensina, é você que ensina, não eles, é preciso você dizer, é preciso ir lá na escola” (ENTREVISTADA 1).

As respostas dos entrevistados nos remetem a importância de se ter espaços que permitam a convivência dos diferentes, a troca de experiências, pois a realidade é que todo mundo pode ensinar algo e todos podem aprender. Em ambientes inclusivos é aberta a possibilidade da interação social e da quebra de preconceitos, além de estabelecer um contexto de aprendizagem por meio das diferenças, colaborando para o enriquecimento afetivo e cognitivo (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021).

Uma escola para todos traz inúmeros benefícios, porém para o seu advento é preciso que tudo o que está enraizado em nossa história educacional, que serve de empecilho, seja desmontado. Os valores vigentes, os objetivos, as preocupações, a dinâmica, tudo isso precisa ser revisto e reelaborado, pois sem uma transformação na base não teremos uma escola inclusiva e para todos. “Uma ruptura de base em sua estrutura sócio-organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam” (MANTOAN, 2003, p. 12).

A proposta da Educação Inclusiva é transgressora e oposta a visão conservadora, pois se entende que as diferenças são dinâmicas e não podem ser naturalizadas. A proposta inclusiva é democrática, plural e nada tem a ver com o modelo de educação neoliberal existentes nas escolas, relacionado ao produtivismo, à técnica, a homogeneidade, à neutralidade, à objetividade e aos lucros. Essa proposta desencadeia uma crise escolar, uma crise de identidade nas escolas que, consequentemente, desconstrói a identidade dos professores e transforma a identidade do aluno (MANTOAN, 2003; MANTOAN; LANUTI, 2022).

Com isso, é oportuno dizermos que a escola que almejamos garante a todos os estudantes de maneira plena aquilo que é constitucional: o direito de acessar os “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 2016b, p. 124). Tem uma visão voltada a singularidade de cada aluno e se atenta em promover condições para que todos progridam no conhecimento por seus próprios caminhos (MANTOAN; LANUTI, 2022).

A escola que queremos valoriza a formação dos sujeitos e dos profissionais que nela exercem seu trabalho, sendo eles conscientes da maneira que atuam, a fim de promover a participação de todos na escola. Preconiza a cooperação e o diálogo de todos os envolvidos no processo educacional e coloca mais foco no processo do que no resultado da aprendizagem (MANTOAN, 2003; MANTOAN; LANUTI, 2022).

Devemos lutar por uma escola que se propõe, simplesmente, a cumprir sua função, que é atender a todos de maneira plena sem nenhum tipo situação excludente. Uma escola que respeita as experiências de cada aluno, o que toca e perpassa a sua vida e a sua maneira de aprender, que escuta e acolhe a cada um sem nenhum tipo de preconceito e que está constantemente se reinventando (MANTOAN; LANUTI, 2022). Queremos uma escola que não seja apenas para alguns, mas assuma o seu princípio de universalidade, assim como coloca a Declaração de Salamanca (1994, p. 3):

[...] as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com ou sem deficiência; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.

A escola que queremos faz aquilo que lhe cabe, estando no cerne de tudo o princípio democrático de uma educação para todos e em sistemas de educação que se especializam em todos, por consequência, estabelecendo assim uma proposta pedagógica que valoriza as diferenças, as particularidades, as experiências, as vivências, a cooperação, o diálogo (SILVA; TERRA; DUHART, 2019).

Embora possa parecer utópico ou um desejo raso por uma escola ideal impossível de se concretizar, na verdade, não o é. Pelo contrário, é o modelo de escola atual que se fundamenta em um ideal que esconde a realidade: o aluno ideal, a turma ideal, o padrão ideal; tudo aquilo que mais se identifica da nossa real situação excludente. Agora, o que buscamos não é uma escola idealizada e romantizada, mas uma escola como ela deve ser, de todos e para todos plenamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, caminhamos por um desdobramento dos significados, das diferenças e das características que fazem parte do contexto da Educação Inclusiva. Vimos onde ela está na lei, alguns dos direitos relacionados a educação para pessoas com deficiência e demais indivíduos, bem como alguns distanciamentos de uma proposta inclusiva presentes no âmbito legal e a pretensão de um ideal inclusivo presente neste cenário. Por fim, caminhamos para o desvelar das práticas escolares em relação a inclusão e o propósito de uma escola para todos, dando voz e vez a pessoas que muitas vezes ficam à margem do processo educacional, como é o caso das pessoas com deficiência visual.

Com essa monografia, podemos perceber que a Educação Inclusiva, com seus desdobramentos na consolidação de uma escola para todos, mesmo sendo um ideal corrente e que embasa a legislação, não está presente na prática escolar de maneira plena, ainda existindo no âmbito da educação práticas e mecanismos de exclusão, segregação e homogeneização, que impossibilita a valorização das diferenças e que acabam deixando à margem aqueles que não se encaixam nos padrões educacionais tidos como ideais.

É possível extrairmos também, o quanto é necessária uma guinada no nosso modelo socioeducacional para uma proposta inclusiva, que respeita e valoriza as singularidades dos alunos, o diálogo e a cooperação, que reafirma o sentido universal da educação, possibilitando uma escola para todos e condições para que todos possam se desenvolver educacionalmente de forma plena, global e integral.

Esse trabalho também, me propiciou um novo olhar a respeito da educação, da minha atuação como educador e do meu trabalho junto as pessoas com deficiência visual, proporcionou conhecimentos e experiências enriquecedoras para minha formação e abriu possibilidades para futuros trabalhos, onde pretende-se aprofundar-se mais no tema em questão ou até mesmo buscar uma abordagem mais pedagógica, voltada para o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual.

REFERÊNCIAS

ASSUFRGS. **Teto de Gastos impõe a menor taxa de investimento em educação dos últimos dez anos, apenas 2,78% dos gastos públicos.** 2022. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2022/01/13/teto-de-gastos-impoe-a-menor-taxa-de-investimento-em-educacao-dos-ultimos-dez-anos-apenas-278-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BASTOS, A. C. de A. C.; RODRIGUES, A. P. S. L.; BASTOS, L. de A. G. A Educação Especial Sob o Prisma da Legalidade: Caminhos Normativos Para a Construção de Uma Educação Inclusiva. In: ATENA EDITORA (org.). **Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos Para a Inclusão.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. cap. 4, p. 37-50.

BETTIO, C. D. B.; MIRANDA, A. C. A; SCHMIDT, A. **Desenho Universal Para a Aprendizagem e Ensino Inclusivo na Educação Infantil.** Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil: 2003 a 2016.** Brasília: MEC/SEC, 2016a. Disponível em: http://feapaesp.org.br/material_download/571_Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20Perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 2016b. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha: [s.n.], 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593336/LDB_5ed.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2022.** Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

BRASIL. **O plano de desenvolvimento da educação – PDE: Razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso: 23 jul. 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.** 2000. Disponível em: <https://campanha.org.br/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

CAMPOS, S. R.; SOUZA, M. T. S. de. Percurso sócio-histórico da educação inclusiva. In: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 4, p. 77-99.

DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História hoje**, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 19-34, 19 jun. 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90/70>. Acesso em: 20 out. 2023.

FREIRE, K. R. L. C; LIMA, G. F. de. Da exclusão à inclusão: a trajetória da educação inclusiva. In: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: legislação e contextos.** Jundiaí: Paco Editorial, 2021. cap. 2, p. 25-36.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

LOUREIRO, C. R. *et al.* Educação inclusiva, do que estamos falando? In: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: legislação e contextos.** Jundiaí: Paco Editorial, 2021. cap. 1, p. 9-22.

MANTOAN, M. T. E.; LANUTI, J. E. de O. E. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV, 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. Atendimento educacional aos portadores de deficiência. In: **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 1, p. 15-26.

NUNES, D. R. de P. **Educação Inclusiva**. Natal: EDUFRN, 2013.

OLIVEIRA, E. S. de. Percurso histórico da educação inclusiva na legislação brasileira: avanços, desafios e possibilidades. *In*: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 5, p. 101-118.

RAMOS, S. P. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades na prática docente**. 2019. 48 f. TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Ciências - Biologia e Química) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RODRIGUES NETO, F.; LEAL, D. A genealogia das políticas públicas no Brasil: olhares sobre a pessoa com deficiência. *In*: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 6, p. 121-139.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: 1994. Disponível em: <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/Declaracao%20de%20Salamanca.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, M. J. dos; GALVÃO, N. de C. S. S.; ARAÚJO, S. C. de. Deficiência Visual e Surdocegueira. *In*: DÍAZ, F. *et al.*, (org.). **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões Contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 255-264.

SILVA, M. C. da; TERRA, G. D. S. V.; DUHART, M. F. R. D. Educação inclusiva: diversidades e singularidades. *In*: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 2, p. 21-56.

SOUSA, I. V. de. Educação especial no Brasil: percursos e avanços. *In*: SOUSA, I. V. de (org.). **Educação Inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 1, p. 9-20.

THOMPSON, P. **História oral e contemporaneidade**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2000. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/download/47/39/190>. Acesso em: 05 nov. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 21 jul. 2023.

APÊNDICE A – Entrevista com a “Entrevistada 1”.

Como é que foi seu contexto escolar?

Foi bem difícil assim João. Hoje eu tenho quarenta e cinco anos, eu fui para a escola né? Começo a ser alfabetizada nos anos oitenta e... foi bem difícil, porque naquela época não havia discussão sobre essa questão da pessoa com deficiência e eu lembro que, por exemplo, eu estava na no primeiro ano é... na primeira série né? Eu mudava porque eu tinha um pouco mais... eu tinha... eu enxergava, mas eu tinha que sentar na frente é... baixa visão né, hoje? Eu tinha que sentar na primeira carteira pra eu é... no centro da sala, pra eu copiar a lição do meio, que a professora escrever na lousa, lembra que tinha uma lousa? Então pra enxergar aqui, o centro da lousa eu tinha que sentar na primeira carteira e me esforçar muito para ver, porque se a professora usasse um giz colorido, eu não conseguia enxergar o que ela fez na lousa, porque a lousa era verde, então eu ficava mudando de posições de carteira pra eu poder copiar, então a professora passava a lição lá no começo da... da lousa, do lado esquerdo, aí eu tinha que procurar uma carteira e me senta lá, depois eu mudava para a primeira carteira no centro, para eu copiar o centro, depois eu mudava para a ponta da direita, mas mesmo assim eu tinha que me forçar, forçar muito a visão para que eu conseguisse copiar, se ela escrevesse de giz azul, aí eu já não conseguia copiar, e as professoras trocavam o giz, não escreviam só de branco e a letra era muito pequena é... assim, uma letra pequena não era grande, me lembro que me senti um pouco mais confortável na terceira série.

E o que aconteceu pra você se sentir mais confortável na terceira série?

A professora... tinha uma letra bem grande, então eu... eu consegui... eu me esforçava menos, eu forçava menos a visão e eu não precisava mudar muito de lá, de carteira, porque ela escrevia muito grande. Eu conseguia copiar, aí eu falava: “que legal! achei muito legal aquilo!” E ela não trocava o giz.

Então era uma questão assim né? Não era uma iniciativa da escola, mas sim da professora?

Mas ela não fazia isso para mim, é porque a letra dela era grande, era grande na folha, era grande tudo quanto... era grande, não era para mim, não era por mim.

E nessa época, chegou a ter alguma discussão para colocar alguma coisa para você? Específica para você e para as pessoas com deficiência da... da escola? Tinha mais pessoas com deficiência na escola?

Sim é... mais duas meninas que eu me lembro né? Eu era deficiente visual, tinha uma menina que era cadeirante e tinha uma menina que tinha uma deficiência múltipla, ela tinha uma deficiência nos braços, na perna e ela tinha uma dificuldade cognitiva, de compreensão e... eu me lembro que minha mãe pedia sempre pra... minha mãe tem até a quarta série, na época a minha mãe não tinha qualquer tipo de orientação, mas é... que minha mãe podia, ela dizia: “se você puder escrever maior e fazer a prova...” lembra que tinha um aparelho, que as professoras passavam assim, ficava cheirando forte, álcool... mimeógrafo, e aí minha mãe pedia para que essa prova fosse... com letras maiores e os cadernos eram sempre riscados com a linha, a minha mãe riscava com régua e uma... caneta preta, bic preta, para eu poder enxergar a linha dos cadernos e eu não poder... eu fazer encima da linha, porque se não é... a minha escrita poderia sair fora da linha assim e o caderno fica muito desorganizado para poder ajudar depois, e aí é... eu pedia sempre um caderno apressado, porque com essa dificuldade eu era muito lenta pra escrever, porque eu tinha que forçar pra eu poder ver o que que estava acontecendo, então demorava pra eu... não era assim de pronto que eu... eu entendia o que tava escrito ali, então era mais lenta para copiar e escrever e eu adorava quando a professora fazia ditado, mas ela não fazia por mim, ela fazia porque... porque era o método dela lá, e aí eu levava para casa e... minha mãe me ajudava, ela ditava a lição para mim, eu copiava e no mesmo dia eu tinha que ir na casa da minha amiga e devolver o caderno, porque às vezes tinha tarefa para fazer, isso eu me lembro assim que... de ir... minha mãe indo todos os dias é... todo começo de ano, a minha mãe ia conversava com a direção da escola e conversava com... com as professoras, explicando a minha dificuldade, até que eu mudei, aí eu fiz terceiro ano, quarto ano, a professora era bem empática assim, e aí a professora do quarto ano, ela falou: “(nome da entrevistada) vou colocar uma carteira em frente à minha mesa e você sempre vai sentar ali, e aí aquilo que você não entender vou... eu vou ditar para você.” E aí a gente fazia assim, até que minha mãe teve uma ideia de uma criança me ditar, mas isso foi no quinto ano, por que que minha mãe tem... teve essa ideia? Porque quando eu... eu mudo de escola, quarto ano eu vou para outra série, para outra escola, eu vou pro quinto ano, eu vou pra uma outra escola, porque é onde eu estudava de primeiro era quarta série, aí depois eu vou pra uma outra escola que já era de quinta série, até o terceiro colegial. Só que aí eu vou, João e a professora... e minha mãe pede apoio para a professora, explica, fala né? Que a letra tem que ser maior, as provas no mimeógrafo tem que ser maior, a professora falou que não, porque ela não poderia dar essa atenção pra mim, porque ela tinha trinta e cinco alunos para ela atender e ela não poderia fazer isso por mim, aí minha mãe fica brava com a professora e aí a minha mãe vai até a delegacia de ensino do estado, porque eu tava estudando numa escola estadual, e fala: “olha, minha filha precisa de atendimento, precisa que

a professora escreve com letra maior, ou ela tem alguém para ditar pra ela a lição, ou eu vou sentar dentro da sala de aula, vou estudar com minha filha”. E aí a delegacia de ensino entra em contato com a escola e fala ponha uma crian... um colega, um amigo pra ditar pra ela, as professores vão ter que ficar disponíveis pra ela, ou a mãe vai pra sala.

Sim, e isso é em que ano?

Acho que foi quinto ano, e aí eu me lembro de bem no começo assim, nas primeiras semanas, porque ainda não tinha me encontrado, você imagina eu falando para uma criança de quinto ano: “ó me dita?” Né? Era bem complexo e bem difícil, porque as crianças não queriam me ditar, as crianças queriam conversar, queriam fazer a tarefa rápido né? Copiar rápido... não queriam ficar me ditando. Eu lembro que eu tinha uma... uma amiga que me ditava, porque aí eu chego... comecei muitas dificuldades para enxergar na lousa, e aí ela falava: “tô com dor na boca (nome da entrevistada), eu não posso mais te dita”. E aí ela parava de ditar, porque também eu consigo compreender é... é cansativo né? E aí eu tinha que procurar outra criança pra me ditar, e a professora... falando: “se vira (nome da entrevistada), vai que é sua que eu tenho que passar a lição na lousa, eu tenho que cumprir com meu papel.” Né? E aí eu me lembro de um dia minha mãe chegar na sala, aí minha mãe já foi entrando na sala, minha mãe... eu entrei, minha mãe entrou comigo e a professora perguntou porque que minha mãe estava na sala, ela falou: “eu estou aqui porque eu vou ditar a lição pra ela, porque ela não tem ninguém para copiar... pra ditar a lição para ela, então eu estou aqui, vai se eu que vou fazer. Aí a professora sentiu envergonhada e... “não, pode ficar tranquila” aí minha mãe falou: “não, eu vou ficar!” Aí eu lembro da minha mãe juntando a carteira comigo assim, colocando a carteira do meu lado e sentando, “agora pode por o material, a mãe vai te ajudar!” (choro e respiro). Minha mãe só tinha a quarta série, ela não tinha orientação, mas ela brigou assim... pra que eu tivesse uma educação digna sabe? E aí é... eu me lembro que... aí acho que a escola ficou um pouco envergonhada e aí... e aí sempre tinha aí... eu fiz... eu vinculei a uma amiga, ela chamava (nome da amiga) e ela me ditou o ano inteiro, ela me ditava, eu fiquei amiga dela, aí quando ela estava cansada, eu falava: “tudo bem, se me empresta o caderno?” Porque as outras crianças não queriam me ditar, aí eu ficava sem fazer nada. Aí eu me lembro que uma professora se queixou... porque... na reunião dos pais, porque eu ficava muito tempo sem fazer nada, e aí minha mãe falou: “porque a menina está cansada de ditar pra ela!” Então, “não tem outras crianças e você não dita para ela” e aí minha mãe fala: “por que que você não vai escrevendo e vai falando em voz alta?” E aí a professora disse não, que não dava certo, porque tumultua a sala e... eu sofria muito porque, de um ano pra o outro, porque eu sempre tinha medo que essa amiga não caísse

na minha sala, e a gente não estivesse junto na mesma sala sabe? porque aí, é... aí ia ser uma discussão tudo de novo, minha mãe tendo que ir na escola, minha mãe sempre foi todas primeiras semana de aula, minha mãe falava com o professor de história, professor Geografia, professor de matemática, com todos individual e falava: “ela precisa de alguém que dita”. E aí começa as aulas de inglês né? Aí é pior, porque se imagine pra uma criança que está começando a ter contato com a língua inglesa né? Com o inglês, e ter que me ditar aí... complicadíssimo né? E eu não consegui copiar, e aí a amiga começou a falar, não (nome da entrevistada) eu dito, de que jeito, soletrando... aí minha mãe falou: “não dá! Porque é criança... é penoso para criança e também para (nome da entrevistada), então a menina demorava e a professora sempre perguntava é... “vou apagar esse lado, tudo bem?” A menina falava: “não, eu ainda estou aí, eu tô copiando aí”. É... então eu é... o sentimento era que eu estava atrasando a menina, a amiga sabe? E aí a menina ficava brava, porque ela estava atrasada e professor falava: “não, mas eu preciso copiar!” A professora não entendia que podia esperar um pouquinho sabe? E aí eu ficava sem fazer, não fazia nada na aula de inglês, e aí pra evitar esse estresse, então nas aulas de inglês eu ficava sem fazer nada e eu tinha muita dificuldade de compreender porque aí... eu levava, ela falava: “(nome da entrevistada), vou te emprestar o caderno, mais três horas”, eu estudava de manhã, “mas 3 horas da tarde você tem que me devolver o caderno, porque eu tenho... a gente tem tarefa para fazer”. Aí minha mãe falava: “se a mãe fizer um lanche aqui e a menina vai fazer a tarefa junto, vamos fazer, convida ela pra vir fazer, em vez de você levar o caderno”. Às vezes dava certo o plano, às vezes não dava, mas até que meu irmão falou, eu tenho um irmão mais velho né? E meu irmão começou a falar: “não, eu vou ajudar ela no inglês então” e aí minha mãe que só tinha até a quarta série, passo o bastão do inglês pro meu irmão e aí as tarefa... eu continuo levando o caderno para casa e tem que ser ligeiro, porque aí tem que devolver o caderno. E aí meu irmão me ajudava nas tarefas de inglês, me ditando é... mas era meio que soletrado também.

Então por parte da... da escola assim, não havia nenhum esforço imediato, nenhuma atividade adaptada para você né? Você percebia algum esforço ou não, por parte deles?

É... eu não via um esforço assim, não me lembro, eu vejo esse esforço quando eu vou para o (nome da escola), sétimo ano, onde já há uma sala de atendimento para a pessoa com deficiência visual, que é (nome da professora). E aí eu chego e já tem implantada essa sala, com poucos alunos e um trabalho da (nome da professora) em sensibilizar a escola, então quando eu chego a escola já está sensibilizada, porque já tem outros alunos cegos lá, eu falo: “vixi!” Aí eu encontro uma menina muda, deficiente auditiva na sala e os professores falavam com ela,

porque também tinha uma sala para deficientes auditivos no (nome da escola) e os professores aí... eu fiquei... o professor não saía do lugar, eu falava: “que engraçado, o professor não anda na sala”. Mas não anda porque ela fazia leitura labial e aí professor só ficava falando na direção dela, não ficava andando na sala sabe? Falava na direção dela, pra ela... eu falava: “nossa, que legal!” E aí eu não tive muitas dificuldades nessa sala, quando eu estudei no (nome da escola), não tinha muita dificuldade porque os professores tinham empatia e os professores conseguiam entender... e aí foi muito fácil assim, eu não reprovei, eu antes... eu já tinha reprovado.

Então no (nome da escola) isso começa a mudar? Uma troca de cenário assim?

É... mas eu acho que também é um trabalho muito bacana que foi feito assim, com aquele... naquela época com aqueles professores, não tinha piso tátil, não tinha... essas acessibilidades assim, mas existia um entendimento do que era necessário para aquele aluno conseguisse desenvolver, tinha braile, mas eu usava... usava o ampliado né? E aí a (nome da professora), ela dá um suporte pro... pros meus pais, nas questões de orientação, de acompanhar a escola, como seria... e aí eu faço sétimo ano, oitavo ano no (nome da escola) e aí eu falo: “não, agora eu não vou estudar no (nome da escola).” Porque o (nome da escola) tem colegial à noite, era um lugar longe da minha casa, eu tinha que pegar ônibus e aí meus pais falaram: “não, não dá para fazer isso, vamos mudar de escola.” Aí eu fui pro colegial numa escola do estado também, estudei no (nome da escola), e aí eu reprovei de ano lá, e aí ficou tudo... mais ficou... ficou difícil também, e lá tinha passado uma pessoa com deficiência visual, um rapaz que hoje ele trabalha em São Carlos né? Quando eu estava no ginásio, ele já estudava com meu irmão no colegial, no (nome da escola) e aí eu me lembro do meu irmão conhecer ele, ele tinha tipo binóculos assim, que ele conseguia copiar lousa sabe? Ele é um cara mais velho que eu, eu me lembro direitinho do meu irmão chegando em casa falando: “mãe, se não vai acreditar, tem um cara na escola que ele não enxerga e ele tem um binóculo que ele consegue ler a lousa.” E aí meu irmão traz essa novidade e fala: “tem alguém que eu conheço que não enxerga igual a (nome da entrevistada)”. E ele é o (nome do aluno), que depois teve aula... que ele foi professor de informática aqui na Adevirp e hoje ele trabalha numa universidade que é de São Carlos. E aí minha mãe fala: “que legal, então!” E aí só que mesmo assim é.... os professores tinham uma dificuldade e no colegial eu fiquei bem solta, eu não tive um professor que tivesse próximo de mim, tipo era sozinha mesmo.

Então assim, é... dessas escolas que você passou, a que você se sentiu mais incluída foi no (nome da escola)?

É... por conta desse preparo que quando eu chego já havia né? Que era a sala, a gente chamava a sala vinte e oito, porque já havia essa orientação aos professores, então eu me lembro da professora, ela se chamava (nome da professora), era professora de educação física, nas outras escolas eu não fazia educação física e no (nome da escola) ela... ela... me falou: “não, vamos fazer sim!” E ela me colocava para fazer as atividades, porque já havia orientação, porque eu nunca fiz... eu nunca tinha feito educação física, porque os professores falavam: “então fica sentadinha aqui, que você pode levar uma bolada né?” E essa professora não, fala: “pode vir”. E aí... quando eu volto... quando eu saio do (nome da escola) e vou pro colegial é a mesma luta. Assim, gráfico em matemática era terrível, porque o professor fazia um gráfico e ficava gesticulando com a mão e eu não tinha... eu não sabia onde ele colocava os números e eu falava: “não estou entendendo”, sempre pra mim matemática, física e química é um Deus nos acuda, porque eu não conseguia compreender, eu não sabia onde que estavam os números. E aí no colegial, vínculo com uma menina, ela se chama (nome da menina), nós somos amigas assim, até hoje e aí ela que me ditava e ela sempre me ditou, porque ela me é... tinha essa... essa compreensão porque, lembra que eu falo pra você lá no... no ginásio, quinta série, eu me vinculo com uma menina? Ela chama (nome da menina) e quando eu vou pro (nome da escola) eu falo: “(nome da menina), eu tô indo pro (nome da escola)”. Ela fala: “também tô indo.” Aí eu falo: “graças a Deus”. Só que aí por conta da escolha das vagas eu não caí no mesmo horário que ela e foi um sofrimento para mim, vai ser tudo o mesmo estresse, tem que explicar, ter que me expor, ter que pedir, ter que... era é... quase uma súplica, era uma súplica, e aí ela falou: “caí de manhã e você?”. “Caí de tarde!” eu lembro de falar: “mãe, agora como que vai ser?” E aí essa amiga falou: “minha prima tá... vai cair... caiu na sua sala, eu já falei com a minha prima eu vou te apresentar pra ela”. E aí então, eu vínculo com a prima e aí eu sigo, mas assim, eu não tinha um professor próximo de mim, era eu lutando sozinha, mais jovem e suas escolhas assim. Aí na aula de inglês a mesma problemática de levar o caderno pra casa é... “então tá, eu te entrego no outro dia”. A gente morava em bairros diferentes e hoje ela é professora de biologia e aí ela até me convida para falar com os alunos dela. E aí, nós seguimos para a universidade? Então, aí termina o colegial nesse sofrimento aí, na mesma pegada, uma escola que não tinha acessibilidade, lá tem escadas né? Não participei de aulas de educação física o inglês mais difícil e... os professores me deixavam, me deixavam.... quando essa amiga tinha que faltar eu procurava sempre faltar também, daí eu falava: “ai mãe, não tô muito legal hoje”. E ela falava: “(nome da entrevistada), amanhã eu não vou, porque vou no dentista, aí eu pensava: “e amanhã como que vai ser?” Sabe? Sempre um sofrimento da exposição, de ter que me explicar, de ter que pedir, de ter que explicar e aí eu falava: “o mãe, tô com dor de cabeça”. Aí minha mãe

falava: “A Michele não vai hoje na escola né?” Ela falava: “eu vou com você, eu vou ficar lá...” Mas a maioria das vezes ela não deixava, porque ela falava: “é preciso você fazer isso, é preciso você ensiná-los, é preciso...”, então desde quando eu fui pra escola, minha mãe dizia: “é você que ensina, é você que ensina, não eles, é preciso você dizer, é preciso ir lá na escola”. Eu me lembro que no ginásio era blocos né? As séries assim, as salas de aula tinha um paredão que tinha aqueles tijolos vazados assim, então o corredor era muito escuro, e os meninos encostavam na parede sabe? E... pra eu passar então, eu tinha que passar entre os meninos e o muro, pra mim era... era um sacrilégio, porque era escuro, o sol não clareava e o quando os meninos me viam, eles colocavam o pé e eu tropeçava... em todos os pés, aí eu pedia desculpa e eles riam. Aí minha mãe foi na escola conversar sobre isso e falou: “não, não tem que colocar o pé”. E os professores, os diretores falavam: “coisas de criança, a gente não pode fazer nada”. E minha mãe... e aí eu lembro que ela falou: “hoje eu vou na escola”. E eu: “não, por favor, não precisa”, e ela: “não, eu tô indo”. E aí ela foi e os meninos... ela falava: “tem um monte de menino encostado na parede”, aí eu falei: “então é agora”. Aí ela chegou, ficou assim... na entrada do bloco, ela falou: “pode ir, pode ir que eu tô aqui”, aí um menino colocou, ela fez: “Hum, hum!” Chegou perto do menino e falou: “não faça isso, ela vai cair! Você não vai fazer mais isso, quantas vezes ela te pediu pra não fazer isso”. E aí ela precisou intervir, mesmo assim eles fizeram mais vezes e meu irmão falava: “eu vou lá, eu vou lá falar com esse menino!” Ela falava: “não, eles vão aprender, é você que ensina, é a (nome da entrevistada) que ensina”. E aí... até que eu fiquei... fiquei amiga assim, tipo do líder e aí ele começou a falar: “a (nome da entrevistada) tá chegando em...” aí eles pararam. Aí eu vou pra universidade, aí eu peço na... na universidade, eu peço uma prova ampliada, a minha luta é sempre sozinha sem instituição, sozinha eu e minha família sabe? E buscando a lei assim, aí eu chego na universidade, eu peço é... uma prova ampliada e aí faço minha inscrição é... universidade particular, aí eu faço a inscrição, um dia antes da prova a universidade me liga e fala: “(nome da entrevistada), não vai ser possível, a gente não tem uma sala preparada para te atender”. Eu falo: “não, não quero uma sala, eu quero uma prova ampliada, só isso”. Aí já tinha acesso ao computador, aí eu falava: “ó vocês fazem no tamanho 18 ou 20”, aí falavam: “Ah, não vai ter jeito”. Aí eu lembro que foi no último... eu entro... eu presto vestibular no ano que meu irmão tá se formando e aí eu fico bastante aborrecida e... meu irmão chega bem na hora que eu tava conversando sobre isso com a minha mãe, e aí meu irmão... é formado em direito, e aí ele... ele fala: “você vai estudar, porque você tem direito a educação”. Aí ele liga na faculdade, pede uma reunião com o reitor da escola e aí ele desliga o telefone, ele consegue a reunião, ele fala assim: “o mãe, tem uma pasta pra eu colocar a Constituição Federal? (nome da entrevistada), coloca a melhor roupa,

mãe eu vou colocar minha melhor roupa, porque a família do deficiente não é mané, se a gente for de qualquer jeito lá, eles vão julgar a nossa aparência, vai achar que a gente não tem informação”. Aí eu me arrumei, ele se arrumou e a gente só levou a Constituição falando que... do direito à educação, direito a educação a todos... aí nós chegamos na sala, tinha reitor para tudo quanté lado, tinha umas seis cara lá assim, só os importantes da faculdade e aí meu irmão fala: “ela vai estudar, porque tá aqui escrito na Constituição”. Antes de mim, reza a lenda que essa mesma universidade recusou uma pessoa com deficiência visual e ela se calou. E aí eu falei: “eu vou estudar aqui, eu vou pagar e é um direito meu estudar aqui”, e aí meu irmão abre o livro da... da Constituição mostrando um artigo que garantia o meu direito à educação e a escola falou: “Opa!” Porque aí vê que não tá lidando com gente que não sabe e aí eles se... eles falam: “tá certo então, vocês desculpem a (nome da entrevistada) vai fazer a prova”. Aí... aí é compreendido, começa as aulas, aí eu fiz como a minha mãe fazia, conversei com a coordenação da escola... da... do curso e todo início de aula eu explicava a minha deficiência pra... para os professores, eu me lembro que o meu irmão falou: “você vai ser muito feliz na universidade, porque lá os professores têm cabeça... cabeça aberta, lá os caras são diferentes”. Alguns são, outros não, e aí eu pedia sempre prova ampliada né? Que aí já havia um pouco mais de tecnologia e o que foi legal na universidade é que o professor escreve pouco na lousa, pelo menos na minha época... não escrevia, ele... era mais conversando assim, mais falado, uma troca de ideia, então você que lute pra fazer as anotações né? E... só que teve um professor que me perguntou se eu ia atrapalhar a aula e eu falei que sim, que todas as vezes que fosse necessário eu iria atrapalhar perguntando “isso é atrapalhar professor? Se for, eu vou, porque se eu tiver dúvida eu vou perguntar”. E aí eu levo, aí a gente... eu preciso... como que vou fazer? Porque eu sempre quis anotar, eu sempre... eu acho bonito a escrita sabe? Cursiva... e eu sempre quis ter vários livros, sempre quis todos os livros que os professores diziam, eu sempre quis ter assim, então eu não queria perder nada, pra não perder nada eu levei um gravador pra escola e eu gravava, sentava na frente, anotava algumas coisas porque ainda eu escrevia é... com tinta né? Em letra cursiva. Minha... a minha mãe ainda continuava riscando o caderno pra mim é... os livros quem lia era minha mãe, então eu falava: “mãe, quero ler esse livro aqui”. Ela falava: “então, vamo pegar o gravador, eu vou gravar para você”. E aí nos horários vagos que ela... ela gravava fita cassete... pra eu poder escutar depois e eu gravava as aulas também, eu tinha um gravador pra poder transcrever em casa e aí eu deixava meu gravador assim sabe? Igual o celular assim e aí os professores, tinha alguns professores que caminhavam na frente da sala, outros não, paravam e ficava falando aqui. Aí teve de uma menina burguesa, saltinho... ela chegou e passou, ela passava todo dia em frente minha carteira, aí um dia ela passou... sapateou... tá tá tá

(a entrevistada bate o pé no chão), estragou minha gravação, professor parou, todo mundo ficou olhando pra ela e aí ela sai da sala, ela volta, o professor fala: “que isso nunca mais se repita!” Chama a atenção dela e continua de boa assim. Só que os professores alguns lembravam que eu precisava de prova ampliada, outros não, e aí alguns alunos sensibilizados fala: “não professor, e a prova da (nome da entrevistada)? como que vai fazer? A prova da (nome da entrevistada) não é ampliada”. E assim eu fui fazendo e essa mesma menina, essa que sapatiou em frente o rádio sabe? Um dia ela esbarrou em mim e falou: “o ceguinha, tá me vendo não?! Eu falei: “a ceguinha aqui vai pegar o canudo, quero ver se a vidente aí vai terminar o curso”. E ela não terminou... e aí eu... fiz na faculdade alguns momentos né? Da questão da pessoa com deficiência, uns fóruns de discussão pro meu curso, serviço social e pra gente discutir sobre as questões da pessoa com deficiência e sempre eu quis... tinha uma oportunidade é... eu falava sobre as questões da pessoa com deficiência, porque na faculdade isso não é discutido ainda né? Hoje tenho estagiários e eles só: “nossa! a gente não fala sobre isso na universidade”. E aí eu começo a fomentar dentro da faculdade essas questões da pessoa com deficiência, eu lembro de ter convidado um colega né? Hoje ele é psicólogo, se formou, ele é o (nome do colega), só que hoje ele mora fora e uma menina do serviço social quando vê ele andando no corredor, a gente conversando, ele negro, cego, ela fala: “que que isso Deus?!” E ele ouve... e minha mãe diz: “é você que ensina” né? E aí... aí ela fala né? Pra minha sala, sobre a vivência da... da pessoa com deficiência, fala um pouco também sobre a luta da pessoa com deficiência visual e aí a gente... minha sala sensibilizada com aquilo, falam: “vamos fazer um fórum de discussão sobre isso aqui na faculdade”. A gente monta um fórum de discussão e a gente fez um momento lá na escola, na universidade sobre isso, muito legal!

Pra você (nome da entrevistada) é... qual que é a importância né? Na concepção que você tem né? A partir de sua realidade, qual que é a importância pra você, da educação especializada e inclusiva?

Nossa, é fundamental! Só assim que... que eu vou conseguir, meu par... meus pares né? Eu só vou conseguir, se você... ter uma boa educação, se quem tiver lá pra ensinar, tiver disponibilidade de... de querer saber sobre, de querer saber é.... como que eu vou fazer, como que esse professor, enquanto professor, ele faz pra atender e viabilizar, garantir o direito à educação daquele aluno, como que o diretor ele... mas ele tem que buscar. Não... outro dia eu vi João, ouvi, tava num lugar onde... onde tinha de pessoas com deficiência e aí falando: “aí eu gostaria de dizer sobre tal coisa”. E aí ela conta uma história assim: “fulano é professor e nossa que gracinha! Ele... ele atende, ele tem os alunos autistas então ele faz nossa! Ele prepara a aula,

você tem que ver que gracinha ele preparando a aula!” Sabe? Mas por que que ele faz isso? Porque ele tem um irmão que é deficiente. Aí eu pergunto pra ela: “só porque ele tem um irmão com deficiência ele faz isso? E se ele não tivesse esse irmão? Então ele não.... ele não se dedicaria a aquela aula como ele se dedica?”. Então é importante nós, enquanto profissionais, eu buscar ter informações, buscar ter capacitação, ter empatia, que a educação empenhe o papel dela para com a criança. Então o professor precisa sim ter capacitações, o inspetor de aluno, a direção, o coordenador... só assim a gente vai estar em situação de igualdade e aí tá legal, o professor sabe ler braile e também lê a letra cursiva, legal, isso me traz mais autonomia, isso me faz me sentir empatado né? Em situação de igualdade. É de extrema importância, não tem como você fugir disso, tem que ser sim, adequado, tem que buscar adaptação, tem que buscar o saber, mas não por caridade, entender que é um... um direito do cego estar ali, então com a mesma dedicação que o professor é... prepara a aula para o que é vidente, também buscar entender: “deixa eu entender um pouco do braile, deixa eu buscar pelo menos saber o alfabeto”, e aí com o tempo ir se especializando né? “Como que eu posso preparar uma... mostrar um gráfico para o meu aluno que não enxerga? Como que eu vou tornar isso acessível pra ele? como que eu vou fazer na aula de inglês, pra esse aluno que não enxerga?”

Você falou um pouquinho do seu contexto escolar né? Daquilo que você vivenciou, dessas experiências na escola, um pouco dessa parte educacional. Agora, partindo um pouco mais na parte social, perante a sociedade, como você se sente sendo uma pessoa com deficiência visual?

Numa constante luta de me... de me fazer ser visível todos os dias, a partir do momento que eu ponho o nariz pra fora da minha casa pra ir trabalhar é uma constante é... me fazer ser visível, é... pelo meu comportamento... eu tenho que superar muitas coisas assim, as barreiras né? Físicas, as barreiras culturais né? Do próprio entender assim que é possível, que é possível, que eu consigo ser uma boa profissional, exercer o meu papel de mãe, exercer o meu papel enquanto profissional né? Como consumidora, que eu consigo ir às lojas e escolher o... aquele produto que eu quero. Eu me sinto sempre tendo que dizer que é possível, porque ainda a gente, nós temos acesso à informação, mas ainda a gente não tem a cultura da empatia, nós não nos colocamos no lugar do outro, nós não... nós não... temos a cultura da acessibilidade, como é... é importante né? Ter acessibilidade física, cultural, é uma constância... é uma constante luta assim pra eu interagir, integrar-me, misturar com as pessoas que enxergam.

Então, como você se sente, por exemplo né? Essa questão do preconceito, tanto... tanto para com você, tanto com o outro, você acha que é uma coisa muito latente ainda? Existe muito forte na sociedade?

Ainda existe, por exemplo, vou te contar uma experiência, eu tenho um filho que enxerga né? Hoje usa o termo... eu ouvi ontem o termo “encherdante” é... eu sempre falo vidente, aí é... ele já tem oito anos, aí a primeira vez que eu convidei uns amigos, os amigos dele para ir para a minha casa brincar com ele, uma mãe de um amiguinho perguntou se eu ia estar sozinha em casa, se meu marido que é vidente estaria junto, e aí até falei que eu ia estar sozinha, mas meu esposo estaria em casa, que era um fim de semana, aí falei: “vô estar sozinha com as crianças”, aí ela fala... ela fica alguns minutos assim em silêncio, aí ela fala: “tudo bem”. Ela pensa se daria certo, ou a confiança né? Como que seria pra ela? Isso é muito difícil assim, a semana passada, não sei se você consegue ver, tem um risquinho aqui nesse óculos, eu estava indo trabalhar e... o... uma pessoa, um pintor ou pedreiro, eu não sei qual que era a profissão dele, ele tava consertando alguma coisa numa casa, e aí ele não encostou a escada na parede, ele deixou ela é... na horizontal né? Assim, ocupando toda a calçada certo? E eu andando, indo pro meu trabalho, quando eu... a minha bengala ela não identifica a escada, porque ela estava muito afastada da parede, assim quando eu faço a varredura, ela não encosta sabe? Ela encosta, ela esbarra na parede e eu falo: “dá pra eu passar, não tem nada”. Só que aí eu bato, eu trombo a... eu bato a minha testa na parede e o parafuso da escada dá um risquinho no óculos, e aí o cara veio assim preocupado: “ai nossa! que tá acontecendo?!”. Aí ele fala assim pra mim: “como você anda com esse negócio?” A gente é... é porque.... também historicamente nós é... no passado, nós não saímos de casa, nós num trabalhávamos, nós não fazíamos as nossas próprias escolhas, hoje a gente se movimenta mais, hoje a gente trabalha, hoje nós vamos à escola, hoje nós vamos à loja fazer nossa compra, eu vou, nós vamos ao supermercado, nós pessoas com deficiência e essa sociedade ela fala: “nossa! tem uma cega fazendo uma compra sozinha, com aquele negócio na mão”. Que é a bengala, então ainda é tudo muito novo. Ontem João, eu faço parte de um grupo né? De WhatsApp de uns, algumas pessoas que tem a vivência de ser deficiente visual de muito tempo atrás sabe? Os caras que viveram assim, muito tempo atrás e aí a gente tava falando sobre a autodescrição né? Eu venho de uma geração que a gente não tinha autodescrição né? E pra nós, a gente consegue perceber, além dos sentidos, muitos sentidos que a gente percebe, objetos, as pessoas, é através do tato né? E aí hoje tem cegos que falam assim: “ai, aquele cego toca demais, no braço tal... não sei o que”. Mas eu falo: “mas antes não tinha autodescrição, era só o toque, os outros sentidos, quando você abraça, você

sente o perfume, você sente se essa pessoa é bem magra ou não, se o cabelo é comprido ou não né?” Então as acessibilidades, autodescrição por exemplo, é algo muito novo porque a gente tá mais, tá se misturando mais, está se discutindo mais, tá falando sobre nós agora um pouco mais. Então essa... a sociedade está olhando pra gente agora, porque ele... antes nós estávamos mais dentro das nossas casas, hoje nós estamos um pouco mais expostos, então a sociedade ainda ela não tem a informação, nas faculdades não se falam sobre as questões da pessoa com deficiência, independente do curso que for, eu tenho estagiário, meus estagiários quando me encontram falam: “nossa, mas eu não estudei sobre a questão da pessoa com deficiência”. Então ainda é tudo muito novo, tanto para nós que estamos fazendo esse movimento da saída, de ir pro... o mercado de trabalho é... estarmos nas faculdades, estarmos nas pós-graduação, nos mestrados e, é muito novo para essa sociedade, que está recebendo a gente, então o preconceito ele existe e existe todos os dias, é real, é palpável.

E falando um pouco da Adevirp também né? você lembra, você já contou um pouco da história de quando você chegou aqui, mas você pode contar um pouquinho de qual foi a sua motivação que é da sua família, para ter procurado Adevirp?

João quando eu tinha, eu acho que eu tava, sétimo ano, quinto ano, eu não sou boa de memória, mas eu acho que você pode fazer uma pesquisa, quando o (nome da escola) é inaugurado, isso é uma coisa que eu lembro e... eu estudava numa escola comum né? Em uma escola do estado, eu já estava no ginásio e aí meu irmão no colegial, ele ouvia dizer, ele viu o... aquele amigo, o (nome do amigo) lá no (nome da escola) né? E aí quando eu falo pra você que usava aquela binóculo é... mas ainda não tinha acesso a isso, eu não conseguia acessar esses outros cegos assim, e aí minha mãe é... ouve um rádio, porque as pessoas daquela época ouvia rádio: “vai ter uma escola que vai atender no horário contra turno crianças com deficiência”. Eu me lembro João, é... aí era o (nome da escola) e aí eu me lembro que minha mãe é... naquela época, se já viu perua escolar né? Que leva as crianças pra... pra escola e pra a casa, da casa pra a escola, e aí minha mãe fica sabendo, faz a minha matricula e aí ela paga um perueiro, vamos dizer assim, não sei se ela tem um correto, ela... ele... ela paga pra me levar... pra me levar pro (nome da escola) e depois me trazer pra casa, aí João quando entro assim na perua, tem várias deficiências, vários tipos de deficiência, mas assim ó, físico, cognitivo, eu era a que, era a deficiente visual, mas eu tinha mais visão na época do que eu tenho hoje, e assim, quando eu cheguei na escola tinha cadeirante, tinha auditivo, todas as categorias estavam lá e aí aquilo falei: “nossa! mas parece que eles são parecidos comigo”, e aí meu pai fala: “talvez de hoje você não entenda, porque que você vai frequentar essa escola, mas um dia você vai entender”. E aí (nome da

escola) tinha uma sala com... e atendia é... crianças com deficiência visual pequenas, mais jovens do que eu, tinha uma outra professora, (nome da professora), uma pessoa que eu gostaria de encontrar de novo, mas é... a gente vai por outros caminhos né? Acaba se afastando e aí elas eram as professoras né? Eu ia ficar com uma turma de adolescentes que eram dois meninos, um que enxergava assim, ele olhava, mas pra ele poder ver, ele tinha que é... olhar de lado assim, e um outro menino que ele tinha baixa visão, eu: “não, meu Deus né? Ele são que nem eu”. Aí eu entendi e a professora ela era é... o que eu vivia na escola de manhã, eu levava as tarefas para ela poder me ajudar no horário contra-turno, e aí eles me ensinavam, os meninos, ensinavam a me locomover e aí eu não esqueço, ele se chama (nome da menino) (choro) a (nome da professora) sabe, ele foi uma pessoa muito presente, muito próximo na vida da (nome da professora), só que ele era mais velho de todos nós, ele ajudava, ele que ensinava a gente ir ao banheiro, ele que ensinava a gente tomar lanche e ele apresentava a escola pra gente, era ele que, sabe orientação e mobilidade, do jeito daquela época, era assim. Aí um dia ele me contou uma história assim, ele... ele na época... ele... o pai dele tinha uma fazenda, tinha uma moça que ele paquerava, aí ele chamou a moça pra ir na fazenda, e aí ele, ela fez assim na fazenda, ela falou: “hoje a lua está tão bonita!”. Aí ele fala: “tá mesmo”. Você viu a lua? “Não, mas eu disse: “está mesmo, como ela está?”. E aí ela fala e... a descrição que hoje tá tão na moda né? E aí ela fala: “tá tão brilhante e ela é cheia, ele fala: “que bonito que é a lua” (choro) aí eu falo: “a lua é bonita mesmo”. Ele me ensinou que... que não doía muito sabe? Que a gente podia achar a lua bonita e aí eu acho que era isso que meus pais queriam, que eu entendesse que era possível e aí eu vou a... a (nome da professora) fala que a (nome da professora), pros meus pais, ela tem lá no (nome da escola), é uma escola que tem uma sala especial que fica de apoio para as crianças, aí eu vou pro (nome da escola) e aí esses dois meninos que estavam lá comigo no (nome da escola) e as crianças que estavam na sala, menores do que eu, estavam na sala com a (nome da escola), elas estão estudando no (nome da escola) e na sala de apoio, que era a sala vinte e oito, aí os outros alunos, mas eram poucos, eles já estavam estudando ampliado, de forma ampliada, eles já... se... se... Aí a (nome da professora) me colocou eu, esse (nome do menino), no curso de datilografia, ela falou que era importante e aí ela fala: “tem três quarteirões e... andar três quarteirões, na calçada tem isso, tem aquilo, tem aquilo outro”. E aí eles iam comigo ensinando o caminho e aí, a gente se ajudava, a (nome da professora) falava: “os mais velhos ensinam os mais novos”. Então a gente contribuía um com o outro, a gente se ajudava, a gente mostrava para... para os outros o caminho da lanchonete da escola, aí eu entendi porque que meus pais me colocaram lá, pra ver que era possível.

E (nome da entrevistada), nessa passagem né? Que você começou lá atrás e continua tendo na Adevirp, o que... que o que você percebe que você teve de benefício para você? O que mudou na sua vida? Tanto na parte social como a parte da educacional?

Isso me fortalece no sentido de... conhecer, conhecer que eu consigo entender que é capaz, que no... entender sobre os meus direitos e entender que as acessibilidades que eu tenho, eu posso se... eu posso ser assistente social né? Então, eu posso ser, então é... isso me fortalece: “ai, mas eu tenho um livro, como que eu vou ler esse livro?” É... vamos lá que os meninos na informática, os professores vão... vão ensinar a como eu vou acessar esse livro: “ai, eu preciso fazer uma reunião online”, vamos lá que os meninos da informática, aos professores vão me ensinar como eu vou... eu vou acessar o aplicativo é... é mostrar o caminho que eu tenho assim, que é possível assim: “eu quero fazer uma pós-graduação, eu quero fazer um mestrado como que eu vou estudar?” Porque agora eu estou sendo alfabetizado em braile, você tem a escrita braile, mas é possível você estudar, fazer o doutorado, mestrado, é possível e aí aqui mostra os caminhos assim, através dos técnicos e dos professores também. Por isso a importância de ser professor, sabe João, é... na pandemia foi muito difícil pra mim, aí meu filho se afasta da escola né? E aí é... porque a escola dele não tem crianças com deficiência visual, mas tem uma mãe com deficiência visual, e aí João como que eu faço né? Para acompanhar meu filho na escola, a escola não é acessível, meu filho não, o meu filho é vidente, e aí meu filho sendo alfabetizado, como que eu... como... como... como que eu faço? E a escola dele falou: “meu Deus! Tem uma mãe que não enxerga aqui, como que eu vou fazer?” A professora assim da época, ela ficou meio receosa assim, ela ficou meio, mas a gente foi se adaptando, eu lembro que ela, ele estava sendo alfabetizado, ele estava no segundo, primeiro, segundo ano né? E aí ela pede pra ele fazer uma atividade, cortar os quadrados de dois centímetros e meio, como que eu ia ajudar, João? E aí eu lembro que eu tinha uma aula nesse mesmo dia com a professora... e ele tinha que fazer, ele tinha que pintar e eu também estava online aqui, com... com as aulas da Adevirp né? Aí logo em seguida, e eu fiquei muito frustrada, porque como que eu ia fazer né? Aí... aí eu pedi pra professora: “olha ele vai demorar pra entregar essa atividade de cortar os quadrados em dois centímetros, porque eu não enxergo e ele está aprendendo a cortar né? A recortar, então vai ter que esperar o pai chegar em casa pra poder fazer atividade com ele, mais que eu posso fazer junto com ele é pintar”. Aí eu precisei dizer, me posicionar para que ela entendesse que... Quem me fortalece foi uma professora, a minha professora que diz que: “é importante você dizer que você é a pessoa com deficiência visual e que a tarefa do seu filho também precisa ser adaptada, uma vez que é você que acompanha ele na escola”. E aí eu lembro que tinha um desenho e eu

peço pra ele contornar o desenho de canetinha e aí eu fui segurando na mão dele e a gente fez junto, porque a canetinha era escura, aí a gente fez de preto o contorno do desenho para que eu pudesse ver e aí eu ajudei, porque eu não consigo mais pintar o desenho, mas foi uma professora que fortaleceu.

APÊNDICE B – Entrevista com o “Entrevistado 2”.

Falando um pouquinho de como era o seu contexto escolar, quando você era aluno né? Como é que você realizava suas atividades, suas provas escolares?

Quando eu iniciei os estudos eu... comecei já na... eu nasci cego na verdade né? Sou cego de nascença, então desde a pré-escola eu já aprendi o método braile, então a grande maioria das provas era realizada em braile, algumas eram realizadas de forma oral, porque os professores não tinha conseguido tempo pra mandar preparar em braile, porque passava de um professor da sala, pro professor da sala é... especial, da classe... naquele tempo era classe especial, transcrever em braile, mas nem todas as provas conseguia fazer a transcrição, então a maioria eu fazia em braile, mas algumas eu fazia de forma oral.

E a adaptação dessas atividades né? Era só esse professor da classe especial que fazia? Os outros professores não realizavam essas adaptações né?

Nenhum professor até hoje na minha... na minha trajetória e eu tenho assim, é... estudei até o final do ensino médio, depois fiz é... um curso técnico, depois fiz mais uma, duas, três, quatro faculdades, fiz uma graduação e três pós-graduações, em toda essa... essa minha trajetória nunca nenhum professor da sala regular se prontificou em aprender braile, as adaptações sempre vinham da classe especial ou das salas de recurso multifuncional né? Que hoje chama sala de recursos multifuncional. Na época do ensino regular era... era feita pela classe especial e na faculdade era feita pelo núcleo da faculdade, então nunca nenhum professor se prontificou em aprender braile, e aí quem transcrevia do braile para eles lerem era minha mãe, minha mãe que fazia a transcrição.

E quais foram as principais dificuldades né? Que você como aluno é... enfrentava no seu dia a dia na escola? E que você percebe a existência até os dias de hoje?

Olha, eu acredito que a falta de é... vontade né? De alguns professores em se preparar para atender as pessoas com deficiência, então tinha professores de matemática que faziam explicações muito visuais do tipo assim ó é: “eu pego esse número daqui coloco pra lá, pega esse número de cá coloco pra... pra ali, o de cima vem para baixo o de baixo vem para cima”. Quer dizer, coisas muito visuais, professores que... que trabalhavam com mapas, muitos deles não se preocupavam em fazer... a trazer os mapas táteis, antecipar os conteúdos para o professor da sala especial, então as dificuldades que eu tive foram essas, a falta de iniciativa das pessoas e assim, não é um bicho de sete cabeças atender pessoas com deficiência, mas você precisa se

preparar pra isso e não adianta você esperar a formação cair do céu, ela não vai cair do céu, eu acho muito engraçado, o professor fala que ele não tem preparo para atender o deficiente, mas ele se preparou pra trabalhar com a informática, ele não tem preparo pra trabalhar com a pessoa com deficiência, mas ele se preparou para sair do método fônico de alfabetização e entrar no método construtivista, porque se ele não entrasse, ele não podia trabalhar e se ele não trabalhasse ele não ganhava salário, ele quer trabalhar e ter um... o salário dele, então é, a pessoa com deficiência ela não pode ser deixada de lado com esse discurso é... fraco, fragilizado, de que há falta de preparo. Tem universidades aí oferecendo a baixo custo, em universidade pública, a nossa Secretaria Municipal de Educação oferece capacitação em serviço de cento e oitenta horas, mas ele não... muitas vezes não quer se preparar, não quer... não quer, porque se ele se prepara aí não tem pra onde correr, então já que você é preparado você tem que atender. Agora esse pretexto dele dizer que não está preparado é um excelente pretexto para dizer: “se eu não tô preparado, eu não dou conta de atender”. Então eu acho que é isso, eu entendo que é... a grande maioria dos professores não tem muito essa vontade, esse desejo de se preparar para atender as pessoas com deficiência, infelizmente, e aí a dificuldade... era dificuldade mais latente, perceber que eu que... estava perdendo fatores significativos na aula por conta da falta de vontade do professor em adaptar o currículo. Então a matemática, por exemplo, era uma grande dificuldade, e ainda é, porque a matemática você tem as incógnitas, tem os gráficos, têm as tabelas, se não adaptar isso, como é que o cego aprendi? Não tem jeito né? tem o conjunto né? teoria de... dos conjuntos, tem a teoria da... da... das fórmulas né? que é Báskara e os outros teoremas, tem as incógnitas, tem a trigonometria né? Seno, cosseno e tangente, então tem equações, sistemas é... não é simples, tem MMC, MDC, então são coisas é... em que você faz inversões de números, em que você faz... lança mão de gráficos, tabelas, para você entender, pro cego se torna muito abstrato, agora se o professor se preparasse para isso, e se preparar João é pegar uma folha e fazer um gráfico com cola quente, não precisa ser um *expert*, ter uma máquina super potente, com a impressora 4 por 4 é... 3D é... ou uma termo-forme, não João, não tô falando de um recurso de 40.000, 60.000, estou falando de uma cola quente! Uma cola que... entendeu? Relevô, de um barbante João, vamos pegar uma folha e passar um barbante, botar cola por baixo, quanto que custa isso João? Muito barato, a própria escola tem esse material. Então esse papo de que o professor não tem recurso, o professor não tem material, é um papo né? Que as mãos vão na onda, que a as próprias instituições muitas vezes também vão na onda, isso é uma conversa para boi dormir assim, num tem, é claro você não vai escrever esse... esse termo né? (risadas) mas é... é não... não tem sentido, é lógico, é óbvio. Você é de uma geração nova, é muito mais fácil falar isso para você do que para os mais velhos, porque

os mais velhos são muito capacitistas: “oh dó do ceguinho! Oh dó...”, não, você é de uma geração mais nova, você sabe que é muito simples fazer, o primeiro passo é fazer, é mais difícil criar um Instagram do que fazer um gráfico em cola quente, e todo mundo tem Instagram (risadas).

E você assim, se sentia incluído na escola ou você tinha um sentimento que você era meio que deixado de lado?

Depende João, é... em relação à acolhida, que é o que eu acho que é o fundamental, eu sempre me senti incluído, acolhido, sempre tive muitos amigos, era uma luta assim, “eu quero ditar para o (nome do entrevistado)! Não, eu quero!” O pessoal quase saia no tapa, era muito legal, “eu quero, eu quero”, hoje não né? Hoje infelizmente o amor esfriou muito assim né? Eu que vou nas salas de aula percebo, então quando eu comecei a trabalhar como professor, eu ia nas salas e tinha, de quase de trinta alunos, vinte e cinco, vinte queria ajudar, hoje eu vou na sala de vinte e cinco alunos, sete, cinco querem ajudar, então eu percebo que o amor esfriou muito, mas na minha época nossa era... era briga, eu me sentia muito... muito incluído com a questão da acolhida, os professores sempre me trataram muito bem, não posso reclamar, ninguém nunca teve preconceito comigo, do tipo: “ah cego, você tá dando trabalho!” Nada disso, então eu sempre fui muito incluído. Agora na questão pedagógica muitas vezes eu me senti excluído, porque são... são questões diferentes, porque a escola não é um apêndice da sociedade, embora ela tenha portão, ela seja murada né? Ela não é um apêndice, ela é parte do processo. Então o cara escuta funk o dia inteiro em casa certo? Aí ele chega na escola e você fala assim: “ó, música boa isso aqui, Bethoven!” O cara fala: “não, música boa é MC Pipoquinha”, então a escola não pode ser um apêndice, ela tem que trabalhar com que a pessoa vive no dia a dia, ela é pública, ela é nossa, ela é parte da sociedade, ela não é um aparte, ela é parte, então é... por isso que dentro do ambiente escolar borbulham muitas coisas, acontecem muita coisa, então acontece a parte da acolhida, acontece a parte da amizade, acontece a parte da... da... da comunicação, acontece a parte da convivência, que vivência é uma coisa e convivência é outra certo? Vivência é a tua trajetória, João tem uma vivência, a convivência é a vivência do João junto com os demais, conviver, a minha vivência, do (nome do entrevistado) com a vivência do João, isso é conviver, então na escola acontece a convivência, compartilhamento, corregência né? O professor nunca tá sozinho, tem um gestor, tem um coordenador e a parte do... do currículo né? Que é a parte pedagógica, então na parte pedagógica às vezes eu me senti excluído sim, por essa falta de iniciativa dos professores.

Perfeito, e agora partindo pra um lado mais do seu trabalho né? Como um educador, você que tá em contato aí com as é... com as escolas né? E a educação Ribeirão-pretana de maneira geral, como é que você acha que elas estão, você presencia, que elas estão em relação à inclusão?

Ó João, eu vou falar para você um pouquinho é... olhando pelos dois lados, porque eu sou deficiente e hoje eu sou chefe da equipe, e hoje nós temos uma equipe de 1.100 pessoas trabalhando nas escolas, então nós nunca tivemos com tantos funcionários, quando eu entrei nós tínhamos trinta e nove nas escolas e hoje nós temos mais de 1.100, então só você fazer a conta aí a gente subiu sei lá né? Muitos por cento aí... muito, mas ainda assim não é suficiente tá? Então é... eu vejo que a escola Ribeirão pretana hoje, ela é uma escola que está melhor preparada para receber as pessoas com deficiência, tem cento e oitenta professores de atendimento educacional especializado é... em toda é... essa... essa quantia dividida entre educação infantil e ensino fundamental, tanto nas creches, quanto nas escolas de ensino infantil, quanto nas escolas de ensino fundamental que a prefeitura tem até o nono ano só, então os professores estão em todas as escolas, nós temos quatrocentos professores este ano, quatrocentos professores mediadores, quem é o mediador? É aquele professor que fica é... coadjuvante ao professor do ensino regular quando tem alunos com deficiência, ele tem o número de alunos que ele vai fazer uma rotina de trabalho para estar mais próximo, para ver o que precisa, pra ajudar na adaptação das atividades etc. e temos quatrocentos e doze cuidadores, que cuidam da locomoção, da higiene e da alimentação dos meninos, esses estão é... pulverizados nas escolas, então esse é... esse quantitativo é muito bom e abraça muito mais as necessidades dos... dos meninos, mas ainda não é o ideal, porque? Porque não é só ter os profissionais, nós precisamos ainda aperfeiçoar a nossa formação, a nossa formação ainda está é... de certa forma aquém daquilo que de fato poderia acontecer, embora né? Faz só 2 meses que eu assumi a coordenação, embora eu tenha lutado muito pra solidificar isso, a gente fez um plano formativo para esse semestre, então a gente tá amarrando tudo isso, eu acho que se a gente conversasse em 2024 a minha fala seria outra, mas eu tenho um tempo pra organizar tudo isso né? A gente tá organizando, mas eu penso que a formação tem que ser mais dinâmica, mais prática, ela é muito teórica, eu penso que a formação ela tem que ser feita em grupos menores, ela é feita em grupos grandes e eu penso que a formação tem que ser uma formação voltada à educação para todos, não na educação para os deficientes, pra as pessoas com deficiência, por quê? Porque o aluno com deficiência faz parte do todos e não é vinte e cinco alunos mais o cego, vinte e cinco alunos mais os surdos, são vinte e seis! Não é vinte e cinco alunos mais o

autista: “ah, eu tenho vinte e dois alunos mais três autistas”, não! Isso é um discurso preconceituoso, discriminatório, eu não tenho vinte e dois mais três autistas, eu tenho vinte e cinco ou ele é... ele não é aluno, ele é alienígena. Então a educação precisa ser para todos. Agora tudo isso João tá travado, porque a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva precisa de uma reforma, porque o estatuto da pessoa com deficiência, que a lei 13146 de 2015 e a política nacional da educação especial de 2008, eles não... não são muito claros em relação a coisas sensíveis, por exemplo é... tipificar os apoios na escola, por isso que há tanta discordância: “ah não, tem que ser professor, ah não, pode ser estagiário, ah não...” entendeu? Tem que tipificar o apoio, quando tipifica o apoio, tem que ter um aporte, uma formação federal calcada na base nacional comum curricular ou curricular comum, que... por quê? É um manual que os municípios precisam aderir, se eu tenho uma base comum, uma base nacional comum curricular eu preciso que essa base que... que estuda as competências, que geram o currículo, norteia o currículo nacional, que ela coloque quais são os critérios para que esse apoio trabalhe, qual é a ação dele, então o único tipificado em lei é o professor de AEE, mas o cuidador não é, ele só tem um pequeno artigo e o professor mediador, que uns chamam de professor auxiliar, que outros chamam de professor de apoio, quer dizer você vê? O cara nem é tipificado, que nem o nome específico ele tem, cada cidade adota um nome. Falta esse aporte federal no sentido de fortalecer essa política pública para que a gente também avance enquanto município. Agora a formação precisa ser solidificada a partir das... dos critérios curriculares que o município segue e é isso que a gente tá tendo... buscando fazer nesse semestre, então a formação ainda é rasa, ela tem que ser mais é... específica, e não só a formação da... das escolas, as próprias instituições filantrópicas né? Que nós temos no município, também carecem de uma formação mais sólida, porque qual que é o... porque, nós temos parceria com cinco instituições né? Que é a APAE, AMA, Adevirp, CAERP e USullivan, e o que que a gente percebe? Que as instituições às vezes passam pela síndrome de Gabriela, eu nasci assim, eu cresci assim, vou morrer assim, sabe assim? Não é... o tempo passa tá? Então antigamente era assim: “B” com “A”, “BA”. “B” com “I”, “BI”, isso não existe mais, então, por exemplo, se a gente for falado do próprio cego: “ah, porque ele tem que aprender braile, porque ele tem que aprender braile, porque o braile é fundamental, porque sem braile ele não vive”, mas e se ele tem... não tem sensibilidade tátil, ele não pode é... aprender através do leitor de tela, ele não pode usar as outras... os outros mecanismos, a tecnologia tá aí João e a nós não podemos fechar os olhos para a tecnologia. Eu sou um defensor ferrenho do braile, para quem dá conta, para quem não dá conta, você precisa possibilitar é... como por exemplo, comunicação alternativa, eu gostaria que todo deficiente falasse, todo mundo fala? Não, mas que se tem deficiente que não fala eu

vou, ao invés de: “ah não, cê tem que aprender a falar de qualquer jeito, se você não falar você não vai pra frente”, não ué! Dá uma prancha na mão dele, dá um tablet na mão dele pra ele apontar o que ele quer, então a gente precisa entendeu? Avançar nas tecnologias que nós temos, isso enquanto escola, enquanto instituição, enquanto sociedade. Baratear os produtos, uma linha braille é 30.000, 40.000, quem que é o cego que dá conta de comprar? Um OrCam é 18.000, 20.000, óculos com uma câmera, facilita a vivência do deficiente visual; um iPhone, que é o telefone mais acessível, é 6.000, 7.000, então como que a gente pensa enquanto sociedade, tornar um produto acessível é só fazer ele... ele falar, ele... ele... ele colaborar com o deficiente ou tornar o produto acessível é torná-lo também num custo acessível, que não adianta, nós podemos fazer uma máquina maravilhosa, mas se as pessoas não têm dinheiro para comprar né? Foi por água abaixo, então por isso que o desenho universal ele não é só para a programação, ele não é só para aprendizagem, ele é pra logística também, o desenho universal é pra arquitetura também. A cidade é... acessível, não é boa só para deficiente, ela é boa pro idoso, ela é boa para criança, uma rua sem buraco vai evitar que um cadeirante caia, vai evitar que um idoso com mobilidade reduzida caia e que uma criança que está correndo caia e bata a cabeça. Então tornar o mundo acessível, não é olhar pra... a pessoa com deficiência, essa conversa é muito rasa, tornar o mundo acessível é tornar acessível para todos, por isso que a educação não tem que ser especial ou inclusiva somente, ela tem que ser a educação para todos, quem sabe um dia a gente chega nisso, vamos lutar né?

É... você já comentou um pouquinho né? Sobre a formação de professores, mas eu queria te perguntar... perguntar pra você se a formação de professores ela abarca né? Na sua concepção, se ela marca de maneira suficiente essas questões da inclusão né? Da educação para todos?

Não abarca, a graduação começou a colocar formações em educação especial é... é disciplinas de educação especial nas grades depois de ser obrigada a fazer isso, já é uma vergonha, você fala assim: “não, essa disciplina está aqui porque eu fui obrigado a colocar”, é... sabe aquele remédio ruim: “nossa! Não queria tomar, mais tem que tomar, então as disciplinas foram colocadas por obrigação não é que: “olha, que faculdade legal! Colocou libras, colocou braille”. Não, ela é obrigada, é uma lei federal, são leis federais. Então é... por ela ser obrigada a colocar, cê acha que ela colocou de bom grado? Você acha que, por exemplo, é como aquele filho, você fala é... é... você fala assim: “filho lava a louça para mim: “ah mãe, agora eu não estou afim”, “lava agora!” Você acha que ele vai lavar direitinho? Vai lavar bonitinho, vai lavar com aquela cara né? Então o que que eu estou querendo dizer, como as faculdades foram obrigadas a colocar

as disciplinas na graduação, colocaram assim... entendeu? Colocaram mais ou menos, então muitos professores que dão essas disciplinas não estão... não sabem nem muito bem o que estão fazendo lá é... muitos... muitos professores né? Caíram de paraquedas, muitos professores dão disciplinas totalmente antagônicas, do tipo assim, o cara da química e da educação especial, o cara dá sei lá é... desenho na arquitetura e da educação especial, porque ele fez uma pós-graduaçãozinha, alguma coisa ali e a faculdade já... “não, faz um puxadinho com ele” e aí você pergunta coisas mais profundas pra esse cara e ele sabe responder? Sabe nada! Então o cara já vem com uma deficiência da formação. E as pós-graduações não se entendem, então se você pegar a ementa das pós-graduações, comparar por exemplo, a pós-graduação da UFSCar com a pós-graduação da faculdade do ABC, pós-graduação do claretiano, com a pós-graduação das... de Santa Maria, cara são todos currículos diferentes falando de um mesmo tema, espera aí, quem é esse profissional que eu estou formando? Se eu tô falando de sabe? Um aprendeu grego, outro aprendeu é... como se eu falasse que a educação especial é o idioma; eu posso aprender inglês, outro pode aprender espanhol ou pode aprender italiano e não é... educação especial é uma temática que deve ser unificada e você tem que conhecer as fontes é... prementes das quais a educação especial bebeu, todo mundo tem que ler Maria Teresa Mantoan, todo mundo tem que ler Rita Vieira de Figueiredo, todo mundo tem que ler Adriana Lima Verde, todo mundo tem que ler Rita Berk, todo mundo tem que ler Elizabeth Dias de Sá, todo mundo tem que ler é Romeu Sassaki entendeu? Não tem essa, não importa se você concorda ou se você não concorda, não importa, fazer um contraponto é maravilhoso, mas fazer um contraponto e rasgar o livro do cara: “ai, eu não gosto de Paulo Freire porque ele fundou o PT”, rasgo o livro do Paulo Freire, que bobagem, que idiotice, isso é uma hipocrisia sem tamanho, você pode não gostar do PT, não gostar do Lula, leia o cara, ele escreveu livros que foram reconhecidos mundialmente, um dos poucos livros brasileiros que está em Cambridge, nos cem melhores de Cambridge é um dos livros do Paulo Freire e você acha que todo mundo é de esquerda, lógico que não, mas por que que o livro do cara tá lá? Porque o cara é bom: “ai, eu não vou ler o livro do cara, porque esse cara que é amigo do Bolsonaro, não, rasga que esse livro aqui...”. O gente, pelo amor de Deus que hipocrisia, leia o cara entendeu? Então eu acho que a educação especial precisa beber das fontes originais, precisa reconhecer aqueles que sempre lutaram e precisa dar uma guinada, ela precisa ser mais próxima da realidade para que todos possam falar uma língua mais próxima, eu posso ser full-inclusion, quer dizer inclusão total, eu posso ou não, eu posso acreditar é... no desenho universal da aprendizagem, mas eu preciso, se eu... se eu defendo o desenho universal da aprendizagem eu preciso conhecer inclusão total e se eu defendo a inclusão total, eu preciso conhecer o desenho universal da aprendizagem. Passando para a

questão política que a gente brincou aqui, se eu... se eu quero me considerar de direita eu tenho que saber o que é a esquerda, se eu quero me considerar de esquerda eu preciso saber o que é a direita, porque se não eu tô falando bobagem (risadas) eu não sei do que eu estou falando, aí eu caio na bobagem de falar... então eu preciso entender né? Então é essa... é deficiência nas... na graduação. Agora falando da... dos professores na formação continuada, que eu acho que isso é outro.. outro item, outro ponto, a formação continuada, se na pós-graduação já essa torre de babel se imagina nos estados e nos municípios? O Brasil é um continente João, Brasil é um continente, Brasil é... é muita é... Brasil é muita coisa, então você imagina, eu tenho vinte e sete estados e tem estados aí que tem quinhentos, seiscentos, oitocentos municípios, então vai pensando, lá do MEC passa por São Paulo, em São Paulo já depura, aí de São Paulo chega em Ribeirão Preto e Ribeirão Preto já depura e a gente cai nessa coisa do tipo, eu tenho professoras que trabalham em Serrana que é uma cidade aqui do lado que falam assim: “aí em Ribeirão é assim, mas em Serrana é assado, em Ribeirão vocês trabalham assim e em Serrana a gente trabalha assado”, então a formação que ela tem pra trabalhar em Ribeirão é a mesma que ela vai ter em Serrana? Não, porque os métodos de trabalho são diferentes, então a formação continuada do... do AEE, da educação especial ainda tá muito fracionada e a gente precisa torná-la mais equânime é... a tarefa é árdua, então por isso que eu estou buscando fazer contatos e trazer diferentes vertentes pra gente fazer o compêndio de... de... de... de... de... de informações é... com bastante pensadores, bastante autores, estou fazendo reuniões, trazendo muitas conferências, pra gente fazer aí uma resolução que vai abarcar toda essa... essa formação e que vai torná-la um pouco mais é... um diálogo, vai abrir um diálogo maior com as novas tendências é... que são, que estão sendo incorporadas pra inclusão, então entendo que o professor ainda tá nessa salada mista, ele se forma, tem uma formação com uma capacitação em serviço aqui, com a formação continuada aqui, são quatro horas de formação continuada mês mais capacitação em serviço, que é uma formação online que... de dez a quize horas por mês, mas quando ele vai trabalhar em outro lugar aí ele talvez: “não, não vi isso aqui ou sei lá, me explicaram isso aqui diferente do que é”, por exemplo, em Ribeirão nós temos um PEI, que é o plano é... de ensino individualizado, esse é o PEI, o nome é PEI, mas tem gente que criou o PEI de um jeito e tem gente que criou o PEI de outro, então nós criamos o plano baseado na escala Sisu, na escala mundial reconhecida pra falar de níveis de apoio, mas tem outras pessoas que criaram baseado em outras escalas, então por isso que eu acho que tem que ser mais uniforme.

Perfeito né? E é... perguntando para você né? Se você pudesse fazer um comentário geral é... segundo aquilo que você acredita né? Qual que é a importância da educação especial e essa educação para todos para você?

Que ela exista, que ela seja forte, ela é imprescindível porque a... na verdade assim, educação perpassa o ensino certo, ensino é uma coisa, educação é outra totalmente diferente. O ensino compõem a educação, mas o ensino não é a educação, o ensino é parte da educação, que se a educação fosse só ensino a gente podia mandar todos os professores embora e lançar mão de tela com ChatGPT e beleza, tá tudo certo, mas a educação não é só isso, a educação ela... ela traz para além do conhecimento, ela traz equilíbrio emocional, socialização, convivência, ela traz, ela fortifica ideais ela... ela fomenta sonhos, ela te traz ideais, ela te faz pensar, ela te... te ajuda a vislumbrar novas... novas situações, a conhecer outras pessoas, outras culturas, outros países; veja como educação ela é abrangente, então a importância de uma educação inclusiva, que possa considerar a todos é fundamental. Sem educação o país subsiste, qual que é o primeiro passo para você tornar um país medíocre? É não investir na educação, parece uma fala chavão né? Parece uma fala histórica da... antiga dos políticos, não, mas ela é uma fala perfeita... perfeita porque a educação ela não pode ser contida em um ideal apenas, ela é expansiva, ela tem que ser abrangente para incluir todos os pensamentos conformes e disformes, aqueles que pensam favorável e aqueles que pensam contra, ela precisa representar o país, o Brasil é um país plural, então logo a educação tem que ser o quê? Plural também é... e ela ao mesmo tempo precisa te dar a sensação de... situar na sensação do pertencimento que... que é o pertencimento, entender quem é você e onde você está. Olha o nome do seu bairro é... Adelino Simioni, quem foi Adelino Simioni? Qual o nome da sua rua, é Salvador Parducci e quem foi o Salvador Parducci? Se você mora em Ribeirão Preto, quem fundou a cidade? Você está no estado de São Paulo, por que que o nome é São Paulo? Você está no Brasil, como foi a organização desse país até chegar onde ele está? Aí você começa a entender quem você é João, porque você é filho da terra, quando a gente fala filho da terra não é que: “há, eu sou cidadão”, não, esqueça, cidadão é uma coisa, filho da terra é outra, cidadão é entender direitos e deveres, esse exercício da... da... cidadania, filho da terra é saber de qual entranha você veio, o que compõe sua... pro seu corpo, o que compõe a sua alma, o que compõe a sua energia, o que compõe; quando eu falo energia, não tô falando de metafísica, tô falando da tua motivação João, da motivação para acordar, para fazer acontecer, pra estudar, então quando eu falo sobre pertencimento, e a educação te traz esse pertencimento, aí eu estou falando de equilíbrio, então você quer seres humanos bons e boa educação pra eles. Vê se a Finlândia e Dinamarca ficam se envolvendo em

guerra, Noruega fica se envolvendo em guerra, agora olha a educação dos caras, dá uma olhada lá como é que é, estuda lá pra você ver como é que é, entendeu? Por quê... porque essas pessoas entenderam que muito mais que uma bomba, o conhecimento é a chave para a paz, com bomba... como eu vou ter paz com bomba? Eu vou ter guerra. Chamaram a Madre Teresa de Calcutá pra falar sobre a guerra, foi? Não: “vou não, se vocês tivessem me chamado para falar sobre paz eu ia, mas sobre guerra não”, olha o nível de educação dessa mulher, então somente a educação e tão somente a educação nos libertará, por isso que a melhor arma que você pode ter na sua casa é um livro: “há, mas um livro vai me proteger de um ladrão”, não, a polícia vai te proteger de um ladrão, se a polícia não te protege do ladrão é porque você tem um estado fraco, na tua casa um livro... um livro te... te... te protege do engodo, dos problemas, das dificuldades, é isso. Então a educação ela transforma desde que você entenda o que é um processo de educação em... calcado na realidade da cultura da história e da vida prática do seu país.

Muito bem é... partindo um pouquinho assim, pra falar da sociedade num geral é... perante é... a sociedade, como é que você se sente sendo uma pessoa com deficiência visual?

A sociedade ela é muito mal informada sobre a deficiência a... existem poucas campanhas de conscientização a respeito da deficiência. Uma vez perguntei, perguntaram pro Bolsonaro se ele ia dar... se ele era favorável às cota de carros para... para carros, pra PCD, ele perguntou o que que é PCD, e a pessoa ficou muito brava com ele né? O presidente da República não sabe o que é a sigla PCD, o presidente da República veio de onde? De Marte? Não, vem... está aqui no meio de nós, então será que é só o Bolsonaro, naquele momento não sabia o que significava a sigla PCD, muitas pessoas não sabem né? Então a sociedade carece de campanhas... campanhas que possam informar, mas campanha assim ó, comercial na Globo entendeu? Comercial na Record, no SBT, não esse outdoor pra colocar uma... na Presidente Vargas, bom Ribeirão Preto vai saber, mas e os outros municípios e os estados, não, quem tem que arcar com isso é o governo federal, tem que ser uma coisa de Brasil. Então a sociedade é muito mal informada, quando eu sou mal informado, eu tenho conceitos prévios sobre as pessoas e conceito prévio significa pré-conceito, isso então, esses conceitos prévios esse pré-conceito ele geralmente, ele é formado, ele é criado, ele é... é calcado, ele é forjado na falta de informação: “será que se eu pegar no braço do cego ele vai gostar? Eu pego no braço ou pego na mão?”. Será que se eu perguntar se ele precisa de ajuda, ele vai achar ruim?”. Né? “Será que é... é... será que eu pedi pra... pra... pra... ajudar a mamãe do autista a dar comida pra ele, será que eu vou estar sendo, para ela e para ele, eu vou estar sendo invasivo?” Será que se eu chegar pra um cadeirante, perguntar se ele quer que empurra a cadeira, eu vou tá sendo deselegante?” E aí

as pessoas por medo e desinformação não ajudam, não colaboram na inclusão, a pessoa vai ficar com tanto medo João, que você vai pedir uma comida no restaurante, o cara pergunta pra quem está do seu lado o que que ele come, o que que ele bebe, você acha que o cara está fazendo isso por mal, dificilmente João, geralmente ele tá fazendo isso porque ele acha que o cego não tem capacidade de raciocínio, mas é um preconceito da parte dele, nem todo cego tem deficiência intelectual, entendi? Então, eu vejo que a sociedade ainda está muito longe da realidade, porque a sociedade não sabe ajudar a pessoa com deficiência, acaba separando o deficiente né? Porque, por exemplo, a ideia é que a vida seja para todos, mas será que a vida é hoje para todos, a rua é para todos, desse monte de buraco, maioria não tem piso tátil, as placas não tem sinalização em libras, é para todos? Será que os restaurantes são para todos? Se eu estou sentado a uma mesa e uma mãe coloca um deficiente intelectual ao lado e ele vai comendo comida e vai derrubando comida mastigada no prato e todo mundo no restaurante tá vendo aquilo, será que o restaurante é para todos? As pessoas, será que conseguem diferenciar um constrangimento de uma situação biológica? O shopping será que é pra todos? Vai lá no (nome do shopping), vê se você vê cadeirante lá dentro, será que o shopping é para todos? Será que a praça, os food trucks, estão preparados para um cadeirante, será que é pra todos? Será que o hospital João, será que todo mundo no hospital sabe falar libras pra perguntar qual remédio que o surdo precisa? Para uma surda que vai no ginecologista é... ter a intimidade dela invadida por um médico e o médico não saber falar libras, será que ela... o constrangimento dela, será que ela não vai... será que... por que que o surdo não costuma ir ao ginecologista? Surdo... porque será? Até o hospital é para todos? Não, então enquanto a gente ficar pensando: “não, o importante é que ele está aqui dentro, aqui dentro é acessível para ele”, não, a vida não se resume a um quadrado João, a sociedade, a cidade, o estado, o país, o mundo precisa ser para... A igreja, eu sou evangélico, será que a igreja é pra todos? Não, tem nada em braile na minha, quando projeta a bíblia no telão eu consigo enxergar o telão, ali o telão, então a igreja está sendo para todos? Então isso é uma série de questões que a gente precisa refletir, então como que eu vou te dizer que eu estou contente, estou feliz, totalmente realizado dentro de uma sociedade que não preparou a vida para todos, uma sociedade que ainda pelo preconceito pela falta de informação é excludente em seu cerne, que ainda tem lojas hoje, que.. que... que empresários hoje que constroem lojas com escada, que não pensam né? Entendeu? Que não colocam o preço em braile, laboratórios que são construídos hoje e não tem uma senha falante, você pega a senha, fica perguntando: “ou, que senha que é? Chamou minha senha? Que senha apareceu na tela?” E o banco então, pelo amor de Deus, será que o banco é para todos? Então como eu me sinto na sociedade? Eu ainda acho que falta muito para que a inclusão aconteça em toda a sociedade, porque a sociedade

ainda não está preparada para todos. Educação como reflexo disso né? Também não tá para todos, porque na verdade essas pessoas passaram pela escola. Eu gosto muito de falar dessas questões, porque são muito sensíveis, eu não tenho problema nenhum de dizer isso, um dia eu estava na sala dos professores e o pessoal tava metendo o pau no Lula: “porque o Lula roubou, porque o Lula foi preso, porque o Lula é isso, porque o Lula aquilo”, aí eu esperei todo mundo falar né? E eles querendo que eu falasse alguma coisa pra saber se eu ia defender o Lula, ou se eu ia pregar o pau né? Não, não sou dessa linha né? Tô fora! Não sou nem e... nem um, nem outro, aí cheguei e falei assim: “gente, vocês já pararam pra pensar que o Lula passou pela escola? Mesmo que ele tenha feito até o quarto ano, onde é que nós estamos errando ou acertando?” Que é muito fácil olhar pra... pro João e falar: “o João não representa o Brasil, João é uma abominação”, o (nome do entrevistado) é uma abominação para o Brasil”, mas e a escola por onde ele passou, como é que tá essa formação social do (nome do entrevistado), do João. A educação precisa muito ainda se... se organizar para ser uma educação para todos.

APÊNDICE C – Entrevista com o “Entrevistado 3”.

Primeira coisa que eu quero saber, qual é o nome da sua escola?

Atualmente estou estudando no (nome da escola), escola estadual, a última escola... na verdade eu só estudei em duas, que é no (nome da escola), do primeiro ao nono e depois no (nome da escola) é... o ensino médio.

Uma pergunta bem geral assim, aí você fala o que você achar melhor né? Como é que é seu contexto escolar?

Meu contexto escolar é bem... é.... digamos que eu gosto sabe? Sabe, é um contexto bem... por ter minha deficiência e tudo mais, ele acaba sendo tipo assim... há, pra mim o meu contexto ele é um... é um ambiente bom sabe? O meu contexto... atualmente eu estou na minha escola, tenho vários amigos, me dou bem com a maior... com todos os professores, acho que ele são um contexto muito bom pra mim sabe? Que eu estou atualmente, estou focando nos estudos sabe também.

É... e lá na sua escola, tanto no (nome da escola) né? Quanto no (nome da escola), quais são as principais dificuldades que você enfrenta né? Como aluno no dia a dia da escola?

Cara é... nas duas escolas que eu falei, que eu estou e que eu já frequentei, no (nome da escola), eu não diria que eu tive muitas dificuldades sabe? Eu diria quase nenhuma até, porque a maioria das coisas que surgiram de algum problema eu tentava resolver, por exemplo, com a ajuda de alguém sabe? No (nome da escola), acho que a maior dificuldade que eu tenho, talvez algumas coisas é... de alguns professores quererem adaptar algum material e ficar em contato talvez com a Paulinha sabe? Ficar em contato com ela, porque a sala de recursos tá aqui né? Talvez isso é a dificuldade sabe? Das vezes... das vezes se encontrar, mas de resto pra... de resto assim todos os professores eu tô conseguindo me lidar bem e no (nome da escola) também sabe? Os problemas que surgia eu conseguia contornar eles bem sabe?

Quais tipos de problemas, por exemplo?

Alguns maiores problemas que surgiam é sempre algo de atividades, relacionado a atividade, que talvez alguma atividade que eu não conseguiria fazer, por exemplo, a que eu mais tenho dificuldade de questão é de matemática, porque, principalmente quando chega a parte de geometria sabe? Isso acaba sendo muito ruim para adaptar, acaba sendo muita coisa e quando tem um monte de sei lá... por exemplo, atualmente acho que a dificuldade que talvez eu tenha

no ensino médio é matriz, matriz é fazer uma tabela lá, tem essas coisas que tem muita tabela é muito difícil sabe? Adaptar... muito complicado.

Mas é adaptado isso ou não?

É... é adaptado, como eu falei a professora (nome da professora) da Adevirp, ela consegue ajudar bastante quanto a isso.

Então tem sala de recursos né? Que fica aqui na Adevirp, que é a (nome da professora) que... que é a professora e na sua escola lá então você faz um turno né (nome do entrevistado)?

Sim, das sete ao meio-dia e meio.

E no contraturno, você fica aqui na sala de recursos, certo? A sala de recursos, ela é obrigatória para você vir ou não é uma coisa que você escolhe?

Depende é... do que talvez, vamo supor, se eu estou vindo pra Adevirp é obrigatório ter alguma, algumas horas na sala de recursos, porque é uma coisa que vai me ajudar e tudo mais, eu também não posso, vamos supor, ficar só saindo pra atividade e não querer fazer aula entendeu? Agora vamos lá: “ah, não quero... não quero vim à tarde pra sala de recursos e quero fazer sei lá, um Senai, ou algum curso assim a tarde”. Eu posso entendeu? Não... eu não sou obrigado a ficar, mas é algo que pensando nisso, eu tenho que colocar em conta, se eu vou conseguir dar conta de algumas atividades, se vou conseguir é... fazer sem ajuda, por exemplo, da (nome da professora) entendeu? Transcrever os materiais entendeu?

As atividades que você faz né? Que você estava falando aí das atividades, elas são as mesmas que o restante da turma? Ou são diferentes?

São as mesmas, são as mesmas, mas talvez só uma pesquisa ou outra que talvez ficaria muito... por exemplo, alguma prova, agora está tendo os itinerário né? Dependendo, eu tenho um professor, que ele chama (nome do professor), ele passa algumas provas é... talvez alguma coisa outra diferente, porque talvez tem uma questão com muito desenho talvez, para mim não seria nem justo eu fazer essa questão, porque vai ficar muito ruim pra mim entendeu? Aí eu compenso fazendo o quê? Eu vou lá próprio ou também quando eu não tenho talvez a iniciativa de algum professor de mudar essa questão, eu vou lá e falo assim: “professor ó, isso aqui não vai dar pra fazer desenho, mas eu posso pegar... vamo supor, desenho de algum país ou algum mapa, eu posso pegar e fazer isso por escrito? Explicando o que que é esse mapa, o que que é essa tal coisa?”

E na questão das provas (nome do entrevistado)? Como é que você faz as provas da escola?

As provas que eu faço com algum colega me ditando as provas, aí acontece lá na sala, ou o professor mesmo, ele chega perto de mim, aí ele vai... vai me falando e tudo mais, mas geralmente são colegas, atualmente no (nome da escola), no (nome da escola) geralmente eram os professores, era oral eu não tinha prova escrita, acho que era bem raro ter prova escrita, era muito mais oral, eles me chamavam lá perto da mesa deles enquanto o povo tava fazendo prova, o resto do pessoal, e eu fazia com eles entendeu? Eles me perguntavam as coisas e eu respondia, era a mesma prova só que oral entendeu? Aqui no (nome da escola) eu já faço ela por... por é... por escrito entendeu? Tipo, a pessoa vai me ditando e eu vou colocando e vou resolver o que tem para resolver o que está pedindo a pergunta.

E as atividades né? Que você faz na escola, trabalho esse tipo de coisa, os professores adaptam para você ou é a (nome da professora) que adapta?

Depende, depende de algumas... de algumas ocasiões sabe? Porque infelizmente tem professores que às vezes não acabam se interessando por adaptar, isso é um fato que hoje em dia no Brasil tem há... mas, se o professor não tenta adaptar, eu vou lá e converso com ele, mas a maioria das vezes quando eu não tenho algo que dê pra fazer, algum esquema dessas coisas, eu trago pra Adevirp e a (nome da professora) que adapta, por exemplo, tem um negócio de física... de física que eu tô estudando, que ela... é eletromagnetismo, tem alguns esquemas que não dá pra... pra fazer, aí ela vai lá é adapta entendeu? Algumas coisas e que envolva desenho.

Você acha que sem a (nome da professora) as coisas seriam mais complicadas, mais difíceis?

Seria com certeza, com certeza, por que ela é uma pessoa que entende bastante sobre as pessoas que têm a deficiência visual e pra mim ela é uma profissional excelente sabe? Então ela entende muito o que a gente precisa, que a gente tenha necessidade, seria difícil várias coisas, a questão de adaptação, a questão de transcrição sabe? Entre outras coisas que ela ajuda muita gente.

E os professores da escola, você acha que estão preparados pra... pra atender uma pessoa com deficiência visual?

Não.. não são, porque a maioria deles, porque o que eu entendo como estar preparado, se eles fossem preparados a maioria... a maioria deles na hora que estivessem fazendo um curso de faculdade deles, eles se especializariam, ou dentro desse curso mesmo de professor, da faculdade, acho que é pedagogia que faz, que forma professor, você ter alguma matéria que tem

algo relacionado à acessibilidade sabe? No meio disso tudo, se tivesse isso aí eu falaria: “opa, estão preparados!” Mas a maioria... uma maioria não estão, tem alguns que... que fazem algo especializado, alguns que fazem algum curso de acessibilidade, tanto pra Libras, tanto pra pessoas com deficiência visual também que... Mas atualmente um, eu tenho um professor mais ou menos que é especialista nisso, que é o meu de física, que ele está se especializando nisso, entende Libras essas coisas, agora os outros eles são mais... digamos que... eles me perguntam, eles vão mais aprendendo comigo do que qualquer outra coisa em si, mas chegar preparado eles não chegam.

E o que... que você acha (nome do entrevistado), tanto no (nome da escola), como no (nome da escola), onde você tá estudando, o que que você acha que poderia ter né? Pra ficar mais acessível para você?

O que eu acho, a escola deveria ter... poderia ter o piso tátil, acho que é uma questão mais de material né? Piso tátil, nas portas das salas terem marcações com plaquinhas, tipo sala dez, sala não sei sabe? A numeração das salas, deixa eu ver algo que seria mais interessante, por exemplo, alguns inspetores é... terem mais um olhar maior para as pessoas com deficiência, principalmente, pessoas que talvez não tenha... tenha segurança se andar nas escolas, hoje em dia no... no Brasil, eu sinto falta disso, por exemplo, eu não... eu não tenho muito esse problema em questão de segurança pra poder andar e tudo mais e locomover, só que tem muitas pessoas também né? Pensando nas outras pessoas com deficiência visual elas... a maioria sente.

Se a gente pensar em todo esse contexto assim... escolar seu, da educação. Você se sente incluído na escola?

Sim, talvez eu acho que não... não logo de cara, eu acho que a escola em si, o modelo que ela é feita não é pra incluir deficientes visuais, porque eu acho que tem muita coisa que poderia melhorar, principalmente essa questão da... das escolas talvez também fornecer alguma coisa que... que ajude os professores a ter mais uma acessibilidade, que incentive eles a ter essa acessibilidade para as pessoas... com as pessoas, com qualquer tipo de deficiência ahh... mas o que eu... o que deixa ela inclusiva são as pessoas que fazem ela, ou seja, os alunos e eu como uma pessoa com deficiência deixo ela inclusiva também é... compartilhando as minhas experiências com meus colegas, com os professores entendeu? É... eu acho que aí sim isso faz ela virar inclusiva mas, de cara logo, ela não é.

Pra você (nome do entrevistado) então, falando um pouquinho dessa educação inclusiva, qual a importância dela para você, aquela que você consegue ter acesso aos conteúdos, fazer as coisas é... que envolvem o processo da educação?

Eu acho que é obrigação sabe? Essa... esse processo da educação inclusiva, acho que é... desde quando é... as pessoas com deficiência visual começou a frequentar a escola, é obrigação sabe? Ter essas... essas coisas de inclusão, porque cada um... todo mundo tem que ter sua forma de aprender, até aqueles que talvez não tenha a visão no meu caso ou qualquer outro tipo de... de deficiência. Então a inclusão... a educação inclusiva tem que ter, pra mim, na minha opinião, é obrigação, de qualquer instituição que dá aula ou algo assim do tipo é... tem que fornecer.

E agora pulando um pouquinho pra Adevirp (nome do entrevistado), o que ela trouxe de benefícios pra você? Qual é a diferença na sua vida né? Que fez a Adevirp?

Há muita coisa, muita coisa é... desde pequeno né? Desde os três anos de idade eu... eu sinto que talvez, por exemplo, quando eu era pequeno antes de conhecer a Adevirp, eu ficava em Orlândia, que é a minha cidade natal e digamos que eu não saía de casa, não fazia muita coisa, eu não sabia como lidar e tudo mais, por ser também pequeno né? Também tem essa questão mas, acho que talvez crescer... vamos supor que eu não tivesse conhecido a Adevirp, se eu fosse crescendo e crescendo na escola de... de Orlândia de lá, por exemplo, talvez eu sofreria bullying, talvez eu não conseguiria lidar com coisas de segurança, de andar ou talvez eu teria... sei lá, várias inseguranças como uma pessoa com deficiência visual, mas por ter conhecido a Adevirp, abriu muitas portas pra mim sabe? Desde fazendo aulas práticas tipo, de como lidar com minha deficiência visual é... como tipo, por exemplo, na T.O. que é a terapia ocupacional, fazendo atividades de casa, dentre outras coisas, como estudar o braile, se alfabetizado em braile e... que eu não... eu não cheguei... eu não cheguei a fazer alfabetização em tinta é... na escrita, eu cheguei logo direto com braile sabe? E... então isso faz muita diferença, acho que como pessoa pra mim hoje em dia, acho que se eu não tivesse conhecido a Adevirp, eu não sei o que talvez eu poderia estar fazendo, eu poderia ser mais um dos deficientes de muitos que tem, que fica em casa, que os pais talvez... eles não saberiam muito o que fazer para ajudar sabe? E... então acho que eu agradeço muito isso... a Adevirp por isso, por que querendo ou não, isso acaba sendo estereótipo né? Porque antigamente os deficientes era isso, era basicamente uma pessoa que não conseguia fazer muita coisa e só ficava em casa privado do mundo, então eu poderia ser mais um desses, mas como eu disse, a Adevirp ela ajudou muito a ser o que eu sou hoje, ser o deficiente visual que eu estou me tornando, lutando pelas causas, necessidade, lutando sabe?

pra ser a... alguém melhor sabe? Não para as pessoas acharem só que eu fico em casa sem fazer nada.

APÊNDICE D – Entrevista com o “Entrevistado 4”.

Lá (nome do entrevistado), na sua escola, você tem alguma dificuldade né? Pra fazer as atividades, pra ficar ali na escola com o pessoal?

Não, eu só acho ruim assim, porque lá tem muita... tem muita briga assim de aluno de sétimo, oitavo ano, aí fica ruim né?

Aí é complicado pra você?

É mais... a minha irmã ela estuda junto comigo aí ela...

Entendi, a sua irmã estuda junto com você e ela... ela te ajuda lá?

Ajuda.

Então lá não tem piso tátil, por exemplo?

Tem, lá tem piso tátil.

E você pode levar sua máquina de escrever pra lá?

Levo.

Também consegue levar, entendi. Então você consegue andar tranquilo lá dentro?

É... piso tátil tem é... tem só fora da é... é... quando você vai pro pátio assim tem o piso tátil, agora quando você entra no corredor pra ir pra sala aí já não tem.

Aí alguém te ajuda?

Sim.

E (nome do entrevistado), eu queria saber o que falta na sua escola, que você acha que poderia ter pra deixar ela mais fácil pra você, mais acessível pra você fazer as coisas lá dentro?

Ó faltava te isso é... no corredor faltava ter piso tátil.

Você acha que tinha que ter mais piso tátil lá?

Sim, mais piso tátil...

Agora entendi... mais alguma coisa que você acha que poderia ter?

Uhhh.... eu acho que é isso né?

E lá (nome do entrevistado), na sua escola, tem sala de recurso?

Tem, sala de... assim não é de recurso mas é de é... sala do AE, sala do AE. Não tem máquina mais...

Entendi, e quem faz as coisas com você lá na sala do AEE?

É a (nome da professora), ela chama (nome da professora).

E como que ela faz as coisas com você lá, de que jeito?

Ela usa o braile, quando tem prova ela faz, ela costuma fazer oralmente.

Ah, então você faz as provas orais?

Sim.

Entendi, ela vai lendo pra você a tinta e você vai respondendo pra ela usando a sua voz?

Sim.

**Ah, entendi! E as e as atividades da sala o (nome do entrevistado)? Como é que você faz?
Os trabalhos as coisas, a lição de casa?**

As lições de casa, eu trago para cá (Adevirp), aí aqui eles ajuda fazer.

Então assim, a lição de casa que eles passam lá não é... adaptada pra você fazer sozinho?

Não, não é... não é em braile, aí por isso que eu faço aqui (Adevirp).

Agora entendi (nome do entrevistado)! show de bola hein! E você fica junto com seus colegas na sala ou você fica em sala separada?

Eu fico junto com eles na sala, aí quando a professora do AEE vem, às vezes ela fica na sala comigo e às vezes ela leva eu na sala dela.

Entendi, então a professora do AEE, a (nome da professora) né que você falou? Ela te acompanha também na sala de aula junto com seus colegas?

Sim, mas tem vez que ela coloca eu pra... pra sala dela.

(nome do entrevistado), qual a importância que você acha que tem né? As aulas e as atividades serem adaptadas para você conseguir fazer? Qual é a importância que você acha que tem, das suas aulas, dos seus professores, das atividades que você faz serem

adaptadas pra você, pra você conseguir fazer né... ter o braile, usar a voz que... que você acha de bom nisso? Você acha legal ter esse tipo de coisas pra você?

Sim.

É... você acha que você consegue... que você consegue estudar melhor então, quando tem essas atividades adaptadas, que você consegue ter acesso com mais facilidade, consegue fazer com mais facilidade?

Sim.

E agora, eu quero saber (nome do entrevistado), assim... tirando a (nome da professora) né? Que é sua professora de AEE, que você falou, você acha que os seus professores, você acha que eles são preparados pra lidar com a sua deficiência visual? Você acha que eles entendem bem desse assunto? Que eles conseguem te apresentar atividades que você consegue fazer sozinho?

Eu acho que é... eu acho que sim! A professora de matemática inclusive, ela... ela entende também como é que funciona o braile.

Entendi, ela conhece o braile então?

É, ela conhece, conhece. Já agora o resto, eles não conhecem eles... eles tão começando a entender, a professora de português ela não entende ainda mais... tá indo né... eu tenho algumas dificuldades mais tá indo. Quando é... quando eu faço atividade com os professores, eu levo pra casa, minha mãe transcreve e manda pro professor.

Entendi, então ela transcreve a atividade e leva pro professor, então a sua mãe sabe o braile?

Sabe, ela sabe.

E onde ela aprendeu?

Eu acho que ela aprendeu aqui (Adevirp)... aqui que ela aprendeu se não me engano.

Então, seus professores você acha que eles são mais ou menos preparados, ainda falta alguma coisinha?

Sim é... a professora de matemática ela poderia aprender também é... lembrar como eu fazendo as contas no Soroban, porque quando ela passa divisão com três, dois número, essas coisa aí... aí é difícil.

Ela não sabe do Soroban então?

Não, ela não sabe.

Entendi, então ela passa todas as continhas a tinta pra você, aí atividades você adapta ou aqui (Adevirp) ou em casa?

Sim.

Vamos lá (nome do entrevistado) ó! falta mais duas só em... agora você sabe me falar por que que seus pais, eles procuraram a Adevirp para te ajudar?

Sim é... O HC, quando eu tava no HC. O HC falou que eu teria que vir para cá (Adevirp), aí eles transferiram eu.

Aí você veio pra cá, pra fazer as atividades e... pra você, no que... que a Adevirp te ajuda?

Muita coisa...

O que ela trouxe de bom pra você?

Traz alegria... traz muita coisa.

APÊNDICE E – Entrevista com a “Entrevistada 5”.

Como foi seu contexto escolar quando a senhora era... era aluna ainda?

Eu demorei muito ir pra escola, porque hoje eu tenho sessenta e cinco anos, então quando eu queria ir... quando eu precisava de ir na escola, há quase sessenta anos atrás, era muito difícil uma criança cega estudar e eu morava na roça, então eu só pude ir para a escola aos dez anos de idade quando meu pai foi para a cidade, porque minhas irmãs também são cegas, então elas... a gente foi para a escola é... naquela época era muito difícil uma criança cega estudar, porque não existia computador não existia nada né? Era só reglete, nem máquina braile eu tinha acesso. Mas eu fui alfabetizada, primeiro com letras bem grandes depois já precisei do braile, na quarta né... no quarto ano né? É... e aí depois minha vida escolar aconteceu assim tranquilo, porque eu fui, já depois de alfabetizada, que me colocaram na primeira série, seria o primeiro ano que falava antes né? Então, mais ou menos assim é... na época era um pouco complicado, mas eu sempre fui uma aluna das primeiras da classe.

Das escolas que... que você conhece que já teve contato assim... de Ribeirão Preto, escolas públicas né? Como que elas são em relação à inclusão?

Quando eu vim pra Ribeirão trabalhar em 1990, eu vim chamada pelo governo do estado de São Paulo pra fazer a inclusão dos deficientes visuais, eu já tinha dez anos de profissão no Vale do Paraíba, então a gente começou o processo de inclusão dos deficientes visuais no ensino regular aqui em 1990, ainda de maneira muito tímida, porque naquela época não eram nem salas de recursos, eram denominadas classes especiais, pra cegos, para os deficientes visuais, os deficientes auditivos, que eram chamados surdos e, naquela época ainda, o deficiente a... deficiência intelectual era chamada de deficiência mental. Então eu comecei aqui nesse período, foi no começo um pouco difícil, nós começamos na escola (nome da escola), ela por anos e anos era a escola de maior inclusão de deficientes visuais, porque é eu trabalhei vinte anos naquela escola, então é... não sei se eu respondi, mas a inclusão do deficiente visual ela... ela foi se tornando mais forte a partir desse 1990 e a gente vem lutando dia a dia, porque o processo de inclusão do deficiente visual é preciso de que haja uma sensibilização da escola, porque não basta a escola aceitar o educando e ele estar ali na sala de aula, mas ele tem que participar de todas as atividades, de todos os conteúdos que são é... ministrados pelos docentes. O educando não pode ficar à margem, então nós ainda temos um trabalho é... a Adevirp tem uma grande preocupação de estar colaborando para que esse processo de inclusão se torne realmente cada vez é... mais... mais real né? Para o deficiente visual e pra lutar pra... para defasagem que há

entre a criança que vê e a criança que não vê, que tem baixa visão, seja minimizado, ou seja, que não haja tanta dificuldade não é? Entre as crianças entre aspas “normais” e os nossos com deficiência visual.

E o que falta nessas escolas para deixá-las mais inclusivas, mais acessíveis à pessoa com deficiência visual?

Olha João Pedro, muito comumente se diz que o que falta para que as escolas sejam mais inclusiva e para que os deficientes visuais no nosso caso é... sejam melhores incluídos, fala que é tecnologia assistiva, que é equipamentos mais adaptados, eu não vou dizer pra você que isso não seja importante né? Um software sonoro, uma lupa eletrônica, uma máquina braile, um piso tátil é... mas o que eu acho que realmente contribui de fato para que haja inclusão é que nós educadores nos tornemos realmente professores que facilita a inclusão, que haja... porque as barreiras arquitetônicas, as barreiras pela falta de tecnologia assistiva são reais, mas eu acho que o grande impedimento, o grande... a grande dificuldade para que haja a inclusão é... os impedimentos atitudinais é... a postura do educador diante do educando. Então muito mais do que barreiras arquitetônicas, do que acessibilidade é... são as barreiras atitudinais, é o preconceito que muitas vezes os educadores é... todo esse o pessoal que trabalha né? Na... na escola é... tem em relação à pessoa com deficiência, que isso vai é... também afetando os alunos pra que eles tenham mais dificuldade em aceitar o diferente e isso se torna um grande impedimento para a inclusão, então numa palavra: precisa melhorar as... barreiras atitudinais, nossa atitude diante do deficiente, nossa visão tem que mudar, ninguém é um braço, ninguém é uma perna, ninguém é um olho, o ser humano é um ser holístico que tem que ser visto como um todo, como um ser humano.

E a senhora acha que os professores, eles estão preparados para lidar com a pessoa com deficiência visual, com aluno com deficiência visual?

Eles não estão, a faculdade não os prepara né? A universidade não... não os prepara e ele muitas vezes, um deficiente visual no nosso caso, ele é visto como alguém que possui uma incapacidade geral e ele só não enxerga, mas ele tem tudo para ser um aluno brilhante e essa... essa nossa forma de enxergar o deficiente visual de maneira é... tão limitada faz com que ele deixe de desabrochar, deixe de vir a ser aquilo que ele pode ser, então por isso que eu penso que essas barreiras atitudinais são as barreiras que mais impede que o deficiente visual possa alcançar grandes voos.

E você enquanto professora né? Quais são as principais dificuldades que você enfrentou nessa trajetória como professora com deficiência visual?

Quando eu cheguei aqui em Ribeirão Preto, na verdade eu vim por uma indicação do governo do estado de São Paulo, por um pedido para que eu viesse pra cá e quando eu cheguei eu é... foi feito tudo para que eu não assumisse o ensino público né? Até no momento de passar no exame da aprovação pra admissão, eu precisei de fazê-lo lá em São Paulo e não aqui, então eu vejo eu... assim quase sempre né? Eu ainda enfrento essa dificuldade que o deficiente visual quando ele chega, ele é visto como alguém possuidor de uma incapacidade geral, eu também como educadora enfrentei muitos... muitas barreiras, muitos obstáculos e é nela, pensando nelas e em tantos deficientes visuais que precisam de oportunidade que eu tenho o grande sonho de que a Adevirp cresça cada vez mais, isso só me fortalece, porque eu amo as pessoas que não enxergam, acredito e sei do grande potencial que elas têm. Eu vejo assim, que é toda vez que eu dei aula também em pós-graduação em... em alguns cursos... então cada vez que eu chego em um lugar as pessoas ficam impactadas e depois elas ficam tão admiradas e de ver o nosso... a nossa atuação profissional, o que pra a gente é algo assim, extremamente normal, natural, para as pessoas fica sendo como algo quase que extraordinário e isso se dá muito mesmo pela dificuldade, perdão da redundância, pela dificuldade que as pessoas têm de ver é... que atrás de uma deficiência oculta uma eficiência, as pessoas não vêem a capacidade do deficiente, eles os enxergam ali, naquele ponto né?

E falando um pouquinho mais da Adevirp também, como que é o trabalho que a Adevirp faz né? Em relação às pessoas com deficiência visual?

A Adevirp foi fundada em um tripé, preocupada com a inclusão escolar, para que o deficiente visual de fato esteja inserido na escola e não somente no final do ano que ele seja aprovado sem que ele tenha é.... realmente recebido o conteúdo do curso que ele está fazendo, então ela se preocupa com a inclusão escolar, com a inclusão no mercado de trabalho né? Que os deficientes visuais possam passar por aqui, conseguir o seu emprego, eventualmente um ou outro até que possa trabalhar aqui e daqui ser chamado para outra empresa, essa é a nossa finalidade. O nosso sonho da realização do deficiente visual e que ele possa constituir suas famílias, realizar seus sonhos, ser uma pessoa incluída na sociedade e claro né? Se possível, que seja um bom cristão, um honesto cidadão, que seja uma pessoa que possa olhar o mundo de frente, ter a coragem de levantar a cabeça e de descobrir o seu potencial, a sua capacidade, a sua força né? Esse é nosso objetivo de dar esse empoderamento, no sentido positivo dessa palavra, pra pessoa com deficiência visual desenvolver a sua autoestima, crença em si mesmo.

E a gente sabe né? Que a Adevirp, tem essa relação também com as escolas aqui de Ribeirão. E como que acontece essa relação? Como é feito o trabalho em conjunto entre a Adevirp e as escolas em Ribeirão?

Não só com essa... escolas de Ribeirão, mas também com as escolas de origem das cidades que nós atendemos, que são quase quarente municípios, o educando quando ele chega aqui, ele frequenta a nossa instituição no contra turno escolar, no período inverso que ele frequenta a sala de aula no ensino regular, nós... nosso desejo, nem sempre a gente consegue com grande afinco tudo que a gente tem vontade né? Mas o nosso desejo, é trabalhar em parceria com a escola de origem, com a escola onde esse educando está frequentando o ensino regular e tentar oferecer subsídios para que lá ele de fato seja incluído, às vezes a gente faz reunião com a escola, recebe a escola aqui na nossa instituição, recebe alguns professores, em casos excepcionais é... o professor pode passar alguns dias aqui na instituição para ele lidar melhor com essa deficiência visual. Em vários momentos que nos são possíveis, eu vou com o professor de orientação e mobilidade, nossa equipe e a gente venda os olhos dos educandos do ensino regular e oferece essa experiência para as crianças que enxergam, pros educandos de como que é estar na sala de aula sem estar enxergando, pra que ele possa de forma lúdica, não traumática, poder ajudar aquele seu colega que não enxerga na sala de aula, então esse é nosso objetivo né? Nosso professor de orientação e mobilidade também vai dar um treinamento pro nosso educando ter autonomia e independência dentro da escola que ele está, no que tange a ir para a sala, no pátio, pro toalete, então a gente tem essa preocupação de fazer esse, essa ponte, Adevirp-escola, escola-Adevirp, para que o nosso educando possa se sentir mais confortável, amado e respeitado na sua escola.

Qual é a importância da educação especializada e inclusiva para você? Qual a importância que ela exerce na educação?

Ela é de fundamental importância, porque é através da educação inclusiva que nós vamos conseguir que os nossos deficientes não fiquem à margem né? Que eles não cumpram só uma obrigatoriedade de terminar o ensino médio ou ensino fundamental, mas que ele saiam com conteúdo pra serem incluídos na vida social, no mercado de trabalho, então eu acho que a educação inclusiva é o responsável para que a pessoa com necessidade especial e de forma muito... que nos é... que nos diz respeito agora o deficiente visual, pra que ele possa ter uma vida digna, para que ele possa viver com dignidade, pra que os seus direitos sejam respeitados, para que ele possa ter condições de cumprir os seus deveres.

E agora, uma parte... uma parte mais... mais particular, mais social também. Perante a sociedade como você se sente sendo uma pessoa com deficiência visual?

João Pedro, eu me sinto profundamente realizada, se fosse pra eu viver outra vez, eu queria viver assim, eu queria cuidar das pessoas que não enxergam, amá-las e ajudar pra que elas pudessem ter uma vida educacional respeitada e eu me sinto uma pessoa feliz. Eu amo a vida que eu tenho, se fosse pra eu viver de novo eu queria trilhar esse caminho mesmo, fazer o que eu faço e claro, sempre melhorar, crescer, contar com a ajuda das pessoas para que eu possa ser melhor, mas eu gostaria de ser o que eu sou mesmo.

E, teria alguma consideração final pra fazer, se quiser?

Claro, eu penso que a realização desse estudo e dessa pesquisa pôde amadurecer e ratificar pra mim, consolidar que uma educação inclusiva sem uma instituição, parecida com a que eu escolhi para realizar o meu trabalho é... praticamente não seria possível, porque é um grande número de colaboradores envolvidos e voltados para o desejo de que o deficiente visual de fato seja incluído. E ainda, a convivência do deficiente visual com os demais, com seus pares, crianças, jovens e adolescentes convivendo com pessoas que têm a mesma dificuldade que ele tem, embora alguma parte da realidade do dia a dia na sua cidade ou na sua residência, na sua família seja diferente, mas os obstáculos, os desafios que eles enfrentam são parecidos e a partir do momento que os deficientes visuais vão convivendo entre si, eles vão se fortalecendo e a autoestima vai melhorando e um vai ajudando o outro e esse processo de crescimento contínuo e interrupto acontece com eles e são vistos a olhos nus.